



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 087.2.55.O

DATA: 16/04/16

TURNO: Matutino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 9h52min

TÉRMINO: 14h51min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 87ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Beto Mansur, 1º Secretário.

Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

ÀS 9 HORAS E 52 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 224 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CARLOS MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - A Presidência retifica que esta sessão foi convocada para as 9h51min, e não para as 10 horas, como lido pelo Sr. Secretário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 087.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

IV- ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passa-se à continuação da discussão da matéria.

Há uma relação de oradores indicados pelos partidos.

Neste momento, vamos ao Estado do Espírito Santo, para ouvir a palavra do Deputado Evair de Melo, do Partido Verde.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Evair.

O SR. EVAIR DE MELO (PV-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, parte da bancada do Partido Verde que me prestigia — Deputado Uldurico Junior, Deputado Evandro Gussi, Deputado Roberto de Lucena e Deputada Leandre —, esta Casa está próxima de dar uma contribuição significativa para que se inicie um novo tempo no Brasil. Os Deputados de diversos partidos caminham para colocar juntos um ponto final em um período de graves perdas econômicas e sociais para o País, virando uma página amarga da nossa história.

A votação do *impeachment* aqui na Câmara dos Deputados é um marco da história política do País, o que aumenta a responsabilidade de cada um de nós para virar, irrefragavelmente, esta página da história em busca dos autênticos e mais puros ideais de nosso povo.

O Brasil não pode ficar prisioneiro do imediato. Vencida esta etapa, estamos prontos para escrever o futuro daqui para frente, isso porque a posteridade não tem culpa das injustiças de nossos contemporâneos. Por isso, votamos a favor do *impeachment*. A nossa história precisa ser reescrita, consubstanciando o nosso gesto na votação. E é isso que o povo brasileiro espera de todos nós, espera desta Câmara e, na sequência, espera do Senado.



Faço citação de um dos maiores políticos da história moderna, Abraham Lincoln: *“O êxito da vida não se mede pelo caminho que você conquistou, mas, sim, pelas dificuldades que superou no caminho”*.

Na vida dos países há momentos decisivos. Este é um momento decisivo. Disse o filósofo que quem escreve sobre o futuro marca um tempo de chegada. O povo brasileiro está prisioneiro da corrupção, da inversão de valores, da crise econômica, dos desmandos, dos péssimos exemplos lançados por aqueles que, desgraçadamente, nos governam. A Presidente vive momento de decomposição do Governo, e há quem diga ainda que o *impeachment* é um golpe. Quem comete golpe é quem conspira os nossos ideais, os ideais do povo brasileiro.

Ora, não temos mais tempo para discussões estéreis. Assim registra a jornalista Miriam Leitão:

“O planeta está em turbulenta transição. A revolução tecnológica, a mudança climática e a aceleração do tempo mudarão radicalmente a forma como vivemos. Não há tempo para improviso, e os erros custarão mais caros. O futuro será implacável com os países que não se prepararem para ele.”

A próxima década, segundo registra ainda a jornalista, será de escolhas sobre a diversidade humana. Os brasileiros vão viver mais, e a população vai envelhecer. O futuro da gente brasileira será bem diferente de seu passado e de seu presente. Os governantes, as empresas e as famílias, Deputado Evandro, precisam se preparar para a avalanche de mudança que afetará todos os aspectos da nossa vida.



Não foi o Estado que criou o homem. O homem é que criou o Estado. O homem é anterior ao Estado e o inventou para ajudá-lo, não para ser por ele negado. O bom governo é virtuoso, pratica a caridade, a justiça, a paz, a fortaleza e a prudência. O mau governo é diabólico, príncipe do mal, é falso, se destaca pela soberba, pela avareza, vangloria-se do mal. O mau governo é cruel e pratica a traição, a maldade, o furor, a divisão e a guerra. Isso foi retratado nas pinturas de Ambrogio Lorenzetti.

A situação nacional exige que levemos o País imediatamente a reformas fundamentais, políticas e sociais, que permitam a reimplantação de um processo de desenvolvimento, sem vícios e sem deformações, sem as combinações da fraude, da corrupção, da demagogia e do engodo que têm toldado e impedido, por tantos anos, o desejo evidente da imensa maioria do povo brasileiro de se encaminhar para fórmulas mais felizes e mais justas da vida social e política.

É preciso pôr um paradeiro a esta espécie de comédia pela qual o Governo se denuncia por si próprio e não dá sequer o nome da parte que denuncia, quando toma a outra parte como um todo.

O momento é de começar a remover os destroços produzidos ao longo de meses e que ainda nos infelicitam, para começar a trabalhar pelo luminoso amanhã que está chegando. Tal qual ensinam os pensadores, logo depois do término da hora mais escura da noite, começa a raiar o novo dia.

Sras. e Srs. Deputados, precisamos pensar, com urgência, em uma agenda positiva para reerguer a nossa economia. Como bem sei, e segundo a grande imprensa divulga, se há um setor que sobrevive às crises no País é a agricultura e seus negócios associados. A agricultura é o único setor com projeções positivas



para o PIB de 2016. Mesmo com a crise, o setor continuou em evidência nas exportações, impulsionando os negócios, gerando empregos e sustentando o PIB do Brasil, como fez em tantas outras ocasiões.

Sendo assim, acredito que a agricultura necessite de uma atenção especial, já que os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, como bem disse aos senhores em outra oportunidade, não sabem o que o segmento faz por este País e o papel estratégico que tem.

Neste ato, reforço a urgente necessidade de fortalecer a pesquisa agropecuária e produzir ciência e tecnologia que tenham utilidade, Deputada Leandre, e que tragam, a cada dia, mais soluções para o setor rural do meu Espírito Santo e, como consequência, para o brasileiro.

Reforço o papel de fortalecer um moderno serviço de assistência técnica e extensão rural, a modernização das ferramentas de crédito e, por consequência, um alto investimento na logística brasileira.

Sr. Presidente, nossa proposta é simples: assim como o cooperativismo se baseia em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, o Brasil precisará se fortalecer como uma verdadeira cooperativa para se apoiar não só na agricultura e na exportação, mas principalmente na educação.

Neste momento, é essencial que encaremos de forma efetiva as dificuldades de nossas contas nacionais e o esforço que será necessário para recolocá-las nos trilhos, sob pena de perdermos definitivamente as rédeas da economia, a fim de evitar que estejamos irremediavelmente condenados à miséria, ao atraso ou à sina do baixo crescimento econômico e conseqüente falência do Estado.



Temos que trabalhar em prol da reconstrução de nosso País, encontrando medidas que visem impulsionar nossa economia rumo ao crescimento, Deputado Odorico. Não há mais tempo para lamentar o que houve de errado.

Mais importante do que pensarmos em aspectos técnicos e operacionais é recuperar a confiança para que voltemos a apostar, de novo, no crescimento econômico do nosso País, criando um círculo virtuoso, em função do qual a recuperação da confiança projete a retomada do consumo, do investimento, do gasto público eficiente, tudo isso redundando na tão almejada retomada da trajetória do crescimento econômico e em oportunidade para todos.

Sr. Presidente, como falei anteriormente, o investimento em educação é essencial para iniciarmos a reconstrução nacional.

Sras. e Srs. Deputados, caminho para o final do meu pronunciamento, citando Martin Luther King, outro grande líder da história: *“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo”*.

Se quisermos um futuro melhor para os nossos filhos e netos, nós teremos de assumir responsabilidades imediatamente, com a clara intenção de arregaçar mangas e desarmar animosidades. É uma reconstrução coletiva, cuja largada se dará a partir de firmes e elevados propósitos.

Dias melhores virão. Não tenho qualquer dúvida sobre isso. Precisamos todos nos fiar nessa crença de que reencontraremos o caminho do crescimento e da justiça social. A prosperidade é um estado de espírito que não combina com os pessimistas.



Que o nosso Congresso Nacional e o Poder Executivo, logo mais adiante, cumpram com a sua missão mais nobre, a de devolver à sociedade a crença de que vamos caminhar para o equilíbrio, deixando o tempo de turbulências para trás!

Entre tantas agendas, lembro a importância de revermos o pacto federativo. A União não pode mais continuar massacrando Estados e Municípios, nem o nosso Espírito Santo, que, de cada dez reais que envia para a União, recebe somente um de volta. Deputado Evandro, é no Município que mora o cidadão brasileiro. Essa mesma União, que onera o setor produtivo, pura e simplesmente para sufocar quem emprega e produz, inibe o empreendedor brasileiro.

Este Parlamento deve, sim, construir pontes. Porém, essas pontes precisam ser construídas em bases sólidas, e não em cima de boias que possam ficar flutuando nas águas da conveniência.

Quero convocar o setor produtivo brasileiro. Venham para a política! Precisamos de vocês aqui!

É claro que o País não vai mudar da noite para o dia. A realidade continuará a nos cobrar reação. Medidas duras de ajuste terão de ser adotadas, reformas estruturais terão de ser iniciadas, e o diálogo terá de ser exercitado como nunca neste País, meu caro Deputado Covatti Filho.

Mas o Brasil pode mudar, sim, de imediato, logo nas primeiras horas do dia seguinte à votação histórica do *impeachment*, se aqueles que saíram às ruas — o País tem que continuar se mobilizando — mantiverem a convicção de que a mudança de Governo não é só um passo importante para superar nossas angústias, mas também um passo fundamental para reconstruirmos a moralidade e a dignidade do povo brasileiro, pautadas em princípios de partidos políticos. Faço referência ao



Partido Verde, o qual tenho orgulho de representar e de cuja bancada nesta Casa tenho orgulho de fazer parte.

Por isso, meus companheiros do Partido Verde, meu povo querido do Espírito Santo e brasileiros do meio rural, tenham a certeza de que, no próximo domingo, o Deputado Evair de Melo, do Partido Verde, votará “sim” ao *impeachment* da Presidente da República.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. ULDURICO JUNIOR (PV-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã nós teremos um encontro cara a cara com a nossa própria história.

Como representante de uma geração que ainda tem mais perguntas do que respostas, eu confesso que me sinto na obrigação de buscá-las. Mas confesso que todas as vezes em que eu me debruço sobre a história do meu País, as perguntas aumentam, e as respostas diminuem. Digo isso, Deputado Evandro Gussi, porque tenho questionamentos desde a época do Império, com D. Pedro I e D. Pedro II.

D. Pedro II, por exemplo, meu amigo Deputado Covatti Filho, que é tão homenageado por todos nós com seu nome em ruas, praças, dos 49 anos do seu Império, manteve a escravidão durante 48 anos. Por isso, não entendo por que tanta homenagem.



Logo depois, as nossas primeiras experiências democráticas, de 1947 até 1964: dos cinco Presidentes que nós tivemos, um suicidou-se, outro renunciou e outro foi afastado.

Não consigo entender, Deputado Delegado Edson Moreira, como, depois disso, o Marechal Castello Branco, dizendo que iria fazer um governo rápido e de transição, perpetuou-se no poder em nosso País por 21 anos, por meio de uma ditadura sangrenta e assassina. É importante nós nos lembrarmos dela aqui hoje.

Não consigo entender como não existem culpados para os planos econômicos fracassados durante a história do nosso País. Ninguém nunca foi culpado por isso.

Hoje, não consigo entender por que o Partido dos Trabalhadores escolheu jogar a sua história no lixo. A grande verdade é que me pergunto todo o tempo como nós podemos fazer para construir um país decente. O Partido dos Trabalhadores, um partido que tinha ética, moral e bons costumes, joga a sua história, o seu projeto todo na latrina do lixo.

Digo isso com muito respeito, até porque acho que não deve haver ofensa no debate político, até porque acho que nada deve ser mais doloroso do que amanhã eles entenderem, Deputado Evair de Melo, que se transformaram naquilo contra o que lutaram a vida inteira para acabar. Nada deve doer mais do que isso.

O Partido Verde vai votar a favor do País. O Partido Verde, por unanimidade, quer construir um país decente para o nosso futuro.

Para finalizar, gostaria de recitar aqui um trecho de um poema de Elisa Lucinda:



“(...) ‘Deixa de ser boba. Desde Cabral que aqui todo o mundo rouba’. E vou dizer: ‘Não importa, será esse o meu carnaval. Vou confiar mais e outra vez. Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês. Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau’.

Dirão: ‘É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal’. Eu direi: ‘Não admito. Minha esperança é imortal’. E eu repito: ‘Ouviram? Imortal’. Sei que não dá pra mudar o começo. Mas, se a gente quiser, vai dar pra mudar o final!’”

“Sim” aos brasileiros, “sim” ao Brasil e “sim” ao *impeachment* da Presidenta Dilma! (*Palmas.*)

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, gostaria que este discurso fosse registrado nos Anais desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna em atitude de profundo respeito a V.Exas. Mais do que o respeito pessoal que V.Exas., naturalmente, merecem, a minha reverência é ao povo brasileiro, que se vê representado em cada um e em cada uma de V.Exas., em mandato alcançado pelo voto popular, direto, secreto e universal. É a vontade do povo brasileiro, dos cidadãos brasileiros que nos une neste átrio da democracia.



Sinto-me honrado em compartilhar, ao lado de V.Exas., a responsabilidade de decidir sobre os rumos do nosso amado Brasil, um país que não nasceu ontem nem de qualquer jeito. Para cá vieram e por aqui passaram homens e mulheres que honram a nossa história, iluminam os nossos corações.

Somos chamados hoje a decidir o futuro concreto do País, o que não podemos fazer sem olharmos para o seu passado e sem termos os nossos pés fincados no presente. Convoca-nos a Constituição da República a responder se a Presidente, eleita democraticamente, deve ser afastada de seu mandato.

Antes de qualquer coisa, é necessário frisar: somos convocados pela Constituição a fazê-lo, uma missão que não pode ser delegada a qualquer outra pessoa, a nenhum outro juiz. Por isso, Deputado Fabio, aqueles que tentaram descredenciar a legitimidade desta Casa para este julgamento ofendem, Sras. e Srs. Deputados, a cada um de nós e ofendem a si próprios.

Se a Presidente da República, Deputado Duarte Nogueira, não é capaz de se submeter a uma votação, a uma decisão soberana de dois terços do Congresso Nacional, é justamente porque ela não merece ocupar a cadeira em que está! Se os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, que verdadeiramente conquistaram seus mandatos pelos votos populares — podemos estar em trincheiras diferentes — não suportam uma decisão soberana de dois terços do Congresso Nacional, por favor, desocupem essas cadeiras, depositem os seus broches e unam-se às hordas de milícias que, neste momento, incendiam o País. Não é este o lugar daqueles que não estão dispostos a aceitar o resultado soberano de um Parlamento eleito democraticamente. Demonstram ademais um desprezo sistemático por esta Casa e, por consequência, à democracia brasileira.



Aqui, senhoras e senhores, não estão coturnos, baionetas, fuzis, foices ou martelos. Aqui estão Deputadas e Deputados eleitos democraticamente, investidos pelo voto popular no espaço mais legítimo para se decidir sobre os rumos do País.

Pessoalmente, pela deliberação de nossa bancada, estamos convencidos de que a Sra. Presidente da República cometeu, sim, crime de responsabilidade. Sem dúvida, o ordenamento jurídico e a lei orçamentária foram profundamente ofendidos, como explicita a denúncia já confirmada na Comissão Especial.

Estamos também convencidos das tormentosas consequências que tais práticas têm gerado sobre as nossas finanças, sem mencionar todos os fatos gravíssimos e vergonhosos que contribuíram para essa absoluta quebra de confiança no Governo.

Ilustres membros da minha bancada, Deputado Roberto de Lucena, Deputado Evair de Melo, Deputado Edison Lobão, Deputado Uldurico Junior, além da Deputada Leandre, que abrilhanta nossa bancada, é necessário enfatizar que, no julgamento dos crimes de responsabilidade, há outro fator a ser analisado: justamente o grau de confiança que os cidadãos depositam no Presidente da República. Isso significa dizer que determinadas condutas poderiam até ser compensadas por um alto grau de confiança verificado entre os cidadãos e o Presidente da República.

É por esse motivo — e isso é importante que se pense, se registre e se diga — que o julgamento não é dado aos juízes togados, ainda que eles sejam mais versados nas letras jurídicas que muitos de nós. Somos os competentes para este julgamento, pois somos capazes de verificar, ao lado das questões técnicas, o nível de confiança no atual Governo.



Sras. e Srs. Deputados, V.Exas., como eu, têm contato direto com o povo e sabem que, desde as mais sofisticadas capitais até os mais longínquos sertões, ouvimos uma voz difusa, uníssona, possante a repetir que o atual Governo não representa mais a maioria dos brasileiros.

Silenciemos a nossa voz e, principalmente, os nossos corações. É isto que peço às Sras. e aos Srs. Deputados: silenciemos a nossa voz, silenciemos os nossos corações. Ouçamos, agora, a voz que vem do povo e o que dizem essas vozes hoje unidas. Elas avisam que o Brasil passa por problemas sérios e que já não acreditam mais em falsas análises e em falsas promessas. Percebem que seus empregos estão desaparecendo e que sua renda se corrói. Pior do que isso: percebem que não há alternativas, não há mais confiança no Governo. Percebem também que o bem mais precioso ao ser humano está-lhe sendo retirado, pois o atual Governo, Deputado Ricardo Izar, pretendeu apagar o sol da liberdade que brilha na Pátria em raios fúlgidos.

Chegaram, Sras. e Srs. Deputados, a dizer que criaram um novo Brasil, um Brasil “como nunca houve antes na história deste País”. Julgavam-se legítimos porque teriam enchido as panelas dos brasileiros. Com todo o respeito, senhores, o povo brasileiro não se venderá por comida, por panelas cheias! Esse povo quer conquistar o penhor da igualdade com seu braço forte; não depende das migalhas que caem das mesas fartas em que se organizaram este descarrilamento do Brasil.

Convido-os novamente, senhores, a refletir, a fim de que, com o devido respeito, possamos silenciar nossas vozes e ouvir o barulho que se faz ouvir, mesmo durante esta histórica madrugada que nos separa de um dia fundamental. Esta histórica madrugada ouvirá o que tem a dizer o povo brasileiro.



Convido-os ainda a sintonizarmos os nossos corações aos corações dos brasileiros e brasileiras que tomam as ruas do País e que certamente esperam de nós uma decisão altiva, abnegada e de inegável amor à Pátria.

O fato que temos à nossa frente, Deputado Elizeu Dionizio, é o seguinte: o atual Governo não representa mais a maioria dos brasileiros. Pergunto: vamos substituir o povo? Vamos dividi-lo em raças, em classes ou em brasileiros do norte e do sul? Vamos destruir nossa maior conquista, que é justamente a unidade nacional de diferentes raças, classes, cores e condições sociais? Não, senhores! O povo brasileiro se manterá unido, como nasceu. Não é o povo brasileiro que deve ser substituído, mas, sim, o Governo que aí está.

O que move os brasileiros nesses dias, na verdade, é a esperança, Deputado Fraga, porque a esperança, como dizia Santo Agostinho, tem duas filhas: a indignação e a coragem.

De fato, Deputado Jorge Tadeu, o povo brasileiro está indignado com os desmandos conduzidos pelo atual Governo. Mas este mesmo povo tem a coragem necessária e histórica para levar o Brasil a responder à sua autêntica vocação. Somos gigantes pela própria natureza, e o gigante acordou para nunca mais adormecer.

O *impeachment* não colocará um ponto final em nossa crise. O descarrilamento causado pelo atual Governo é gravíssimo, fez muitas vítimas e feriu profundamente nossa economia, o emprego e a renda dos brasileiros. É importante que todos saibam que esta crise, que esta doença foi causada pela irresponsabilidade do atual Governo e exigirá de cada um de nós, brasileiros e brasileiras, sacrifícios e remédios amargos.



Apesar disso, o *impeachment* permitirá que se abra um novo capítulo em nossa história, em que não haverá mais espaço para o conflito entre nós e eles, entre ricos e pobres, entre norte e sul. Abre-se à nossa frente a possibilidade concreta de superarmos os falsos dualismos e reedificarmos instituições capazes de garantir a unidade do povo, a representatividade governamental e a moralidade administrativa.

Senhoras e senhores, não nos assustemos com o barulho que, no próximo domingo, inundará vilas e cidades, montes e planícies. É “o brado retumbante de um povo heroico”, associado às batidas desse coração mestiço e tropical que, há mais de 500 anos, tem feito desta terra a mais formosa de todas.

Votaremos a favor do *impeachment*. Votaremos a favor daquela que: “*Entre outras mil, és tu Brasil, ó pátria amada! Dos filhos deste solo és mãe gentil*”.

Sr. Presidente, concluo este pronunciamento dizendo que votaremos pelo *impeachment*, pois esta é a nossa Pátria amada, este é o nosso amado Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os presentes, estou aqui hoje, na data do meu aniversário, trabalhando em prol da libertação do povo brasileiro.

Sr. Presidente, estou ouvindo atentamente todos os discursos. O maior dos pronunciamentos que ouvi aqui dizia que a Presidente Dilma é honesta. O Marcola, que está preso em Presidente Bernardes, também disse que é honesto. O Célio Marcelo da Silva, maior sequestrador do Brasil, que tive a honra de prender, também disse que é honesto.

Quem compactua com crime também é criminoso. Quem assina também é criminoso. Honestidade não é premissa de que não cometeu crime. Assinar decretos, comprar petroleira totalmente desativada nos Estados Unidos... Um médico amigo meu, cuja filha mora no Texas e que também atendia o ex-Presidente Lula, disse-me que, toda vez que ia visitar a filha dele, via a Refinaria de Pasadena fechada, enferrujada. Todos lá sabiam que ela não valia nada. Era só ferrugem!

O que aconteceu? A Dilma, honesta, assina e compra aquela usina por bilhões de dólares de quem? Dos brasileiros, dinheiro meu, dos meus pais, que estão lá em casa trabalhando agora, do Sr. Edgar e da D. Dalila, de meus irmãos, que andavam descalços, de pé no chão, que vestiam calção rasgado e para a escola tinham um uniforme só — um usava o uniforme de manhã, o outro usava o uniforme à tarde, porque não havia dinheiro para comprar outro. E estudavam em escola pública.



Fomos estudando, trabalhando. Comecei a trabalhar com 7 anos e meio. Se catar lata não é trabalhar, então eu não sei o que é trabalho. E fui galgando, estudando e, graças a Deus e à minha família, consegui me formar, consegui fazer especialização e mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais, consegui passar no concurso.

Nessa vida pública, Sr. Presidente, eu prendi diversos criminosos. Todos esses criminosos falavam que eram honestos. Todos esses criminosos falavam que eram inocentes. Mentira! Mentira! São todos uns ladrões, uns gaiatos, que pegam o dinheiro do povo brasileiro para se locupletar com uísque, com vida boa.

Sr. Presidente, procurei óleo de peroba em Brasília e arredores e não achei. Há gente aqui que quando faz a barba, sai pó de serra da cara, porque são uns tremendos caras de pau! Às vezes, nem fazem a barba, justamente para não sair pó de serra da cara deles.

Quem compactua com ladrão, ladrão também é. Quem defende ladrão, ladrão também é.

Portanto, Sr. Presidente, estou aqui, no dia do meu aniversário, trabalhando para libertar o povo brasileiro dessa corrupção desenfreada, dessa ladroagem que existe no Brasil, dessa gatunagem que fizeram, de 15 anos para cá, contra o meu Brasil.

Eu tinha vergonha de falar o que algumas pessoas dizem: que são honestas. Rui Barbosa disse que tinha vergonha de ser honesto. O bom baiano Rui Barbosa disse que tinha vergonha de ser honesto no País, quando discursou nesta Casa sobre o caso do Satélite.



Eu tenho vergonha na cara, Sr. Presidente! Por isso estou aqui trabalhando no dia do meu aniversário. Eu poderia estar em casa tranquilamente, poderia faltar à sessão e não votar, mas eu sou homem, um homem que defende o povo brasileiro, e vou defender sempre esse meu povo.

Várias vezes eu enfrentei tiros e mais tiros, enfrentei facadas, mas estou aqui defendendo o povo brasileiro, porque fiz um juramento para isso.

Viva o povo brasileiro!

Impeachment já! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Cumprimento o Deputado Delegado Edson Moreira pelo seu aniversário no dia de hoje.

Parabéns! Que Deus o abençoe!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pastor Eurico, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou deste lado, mas não mudei de lado, continuo com a mesma posição. Não mudarei. Não me vendo. Não me troco. Não há preço que me faça votar contra o *impeachment*.

Não sou muito de ler discurso, mas vou ler esta coisa terrível:

“Estamos sendo chamados a dizer se continuamos abismo abaixo ou se enfrentamos todo um esquema montado, nefasto ao Brasil e ao povo brasileiro, e o enfrentamos com muita ousadia, a ousadia de quem quer avançar, de quem quer mudar” o Brasil. (...)

“Assim, aqui somos chamados a responder ao seu apelo e essa é a nossa obrigação: achar uma saída política para essa realidade tão concreta.

Este Governo é desumano, é impopular. É desumano mesmo se abordarmos apenas o esquema da corrupção, porque ela não interfere somente na moralidade administrativa, tem também os seus efeitos sociais. (...)

Temos que aprovar a instalação do processo de impeachment por ampla maioria de votos, porque isso é o que a sociedade espera. (...)



No dia de hoje, o que nos unifica é a resposta da Câmara à impunidade, é a questão ética deste Governo, que mergulhou o Brasil na ingovernabilidade clara e explícita.”

Que coisa bonita! Esse discurso foi feito em 1992 pela Deputada Jandira Feghali, que ataca todo mundo defendendo esse antro de corrupção que há no Brasil. Foi ela quem disse que o *impeachment* de Collor não foi golpe. Golpe é hoje.

Gente, o Brasil está clamando por solução imediata. É claro que não há, mas pelo menos precisamos mudar aquela que está à frente do País, que, como já disse em outro discurso — lamento — é vítima. Eu também considero que a Presidente Dilma é vítima do sistema corrupto que está por trás dela, isto é, a gangue, a máfia que está querendo usar o Brasil como escravo para propagar ou sucatear cada vez mais os nossos recursos, acabando com o País.

Temos que acabar com isso. Somos a favor do *impeachment*. Precisamos ser um Brasil melhor. Não mudamos do dia para a noite, mas precisamos fazer a diferença. O Brasil conta conosco.

Aqueles covardes e medrosos que não querem dar as caras e que estão indecisos pensem, pois o Brasil precisa dos senhores e das senhoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Cristiane Brasil, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

A SRA. CRISTIANE BRASIL (Bloco/PTB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, mais uma vez, eu vim falar por eles, os brasileiros que estão assistindo à *TV Câmara* e que estão querendo ver como os seus Deputados vão se comportar hoje e amanhã na votação mais importante desta Legislatura.

Por isso, eu vou dar voz a eles, os brasileiros.

“Pedaladas”, de Alessandra Gama, de Goiás:

“O Brasil espera que o Congresso autorize o impedimento da Presidente Dilma. As pedaladas fiscais são uma clara violação à Lei Orçamentária, por promover mudanças no orçamento, sem a nossa autorização, sem a autorização do Congresso, ferindo a independência entre os Poderes e usurpando a prerrogativa dos Parlamentares.

A Presidente utilizou os recursos dos bancos públicos para pagar despesas que não tinham mais lastro no mal administrado Orçamento da União.

Ela atentou, sim, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Presidente esteve longe da dignidade e do decoro do cargo ao não cobrar a responsabilidade dos seus subordinados e escondê-los nas saias da mentira e



nas nomeações de Ministérios, que foram reveladas por escutas telefônicas.

Que papelão! Chantagem! O impeachment deve ser um marco para iniciar novas práticas na política brasileira. A chantagem do Governo do PT, que alicia Deputados por cargos — e dizem alguns — até com recursos financeiros em espécie, que têm sido tão escandalosamente praticados nas últimas semanas, representa um último ato triste na tragédia do sistema político brasileiro. Esse sistema que submete o Legislativo aos desmandos do Executivo.

Vivemos na prática uma democracia sufocada, em que o Congresso é visto como mero vassalo do Executivo, um faz-tudo, um pau-mandado.”

D. Ecila, minha mãe, do Rio de Janeiro:

“Luladrão’. Lula pode se vender como o mais honesto do Brasil, mas praticou tráfico de influência para as maiores empresas brasileiras, exatamente para as mesmas empreiteiras que agora estão no furacão da Lava-Jato. Esse homem roubou dos trabalhadores, roubou do BNDES para dar às empreiteiras ricas, suas amigas e financiadoras de um megasquema de corrupção com recursos disfarçados de doações legais.



Será que este Governo não vê que não caímos mais na história deles? O Governo do PT afundou no maior escândalo de corrupção que o Brasil já viu. Lembro-me do papel que seu pai, o ex-Deputado Roberto Jefferson, exerceu em 2005, no primeiro Governo do PT, ao denunciar o mensalão.

Ele agiu sozinho, motivado pelo senso de dever e sofreu as consequências por isso. Na época do mensalão, ele era visto como um escândalo de grandes dimensões, mas perto do petrolão descobriu-se que era apenas um pequeno apêndice.

Marli Iglesias, do Rio Grande do Sul:

“O impeachment vai passar, galera. Querendo vocês ou não, ele vai ser aprovado domingo e vai passar no Senado.

Alguns me perguntam qual será o papel do PTB no futuro.

Um provável Governo Temer terá a missão dura de reunir e pacificar este País. O PT governou sob o lema de disputa de classes. Hoje esse Governo está enchendo Brasília de manifestantes pagos, claque paga. Essa claque está chegando insuflada pelo ódio plantado pelo PT. Eu temo pela segurança dos outros, os que não recebem pão com mortadela, não recebem dinheiro para defender os seus interesses...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lucas Vergilio, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. LUCAS VERGILIO (SD-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o *impeachment* está em pleno curso. Está sendo tratado com muita seriedade e seguindo os princípios da democracia, pois esse é o desejo da maioria dos brasileiros. Nós, representantes do povo, temos que ouvir a população, que tanto clama por um país melhor.

Mesmo diante das manobras dos ocupantes do Planalto para se manter no poder, esta Casa teve a serenidade de debater o tema e proceder rigorosamente dentro da lei e do rito estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal.

A lista de afrontas do Governo Dilma à Constituição é extensa. A esta altura, o País já sabe muito bem quem está atentando contra as instituições. E cabe ao Congresso Nacional não permitir que triunfem as manobras, as maquiagens e a corrupção institucionalizada e generalizada do Governo. Não vamos permitir a destruição dos pilares da democracia.

As condutas atribuídas à Presidente da República de abertura de créditos orçamentários por decreto sem a prévia autorização do Congresso caracterizam desrespeito à condição imposta pelo Poder Legislativo na Lei Orçamentária Anual de 2015. Ferem, assim, princípios sensíveis da Constituição Federal, mais precisamente o da separação dos Poderes, do controle Parlamentar das finanças públicas, da boa gestão do dinheiro público e do respeito às leis orçamentárias.

Mostrou-se que esses decretos somente seriam admitidos sob a condição inafastável de que a gestão fiscal e financeira estivesse orientada para a obtenção da meta fiscal aprovada pelo Legislativo.



Tais atos, reforço, revelam indícios de gravíssimos e sistemáticos atentados à Constituição Federal em diversos princípios estruturantes de nosso Estado Democrático de Direito.

O Poder Legislativo, na qualidade de legítimo representante dos interesses da população, não permitirá a usurpação de sua função mais importante: o controle político das finanças públicas.

O equilíbrio das contas públicas e a saúde financeira do País foram colocados em risco de forma irresponsável, causando prejuízos irreparáveis para a nossa economia e para os direitos mais fundamentais dos cidadãos brasileiros.

O excelente relatório do Deputado Jovair Arantes concluiu pela admissibilidade jurídica e política da acusação contra Dilma. A ênfase a esses dois aspectos é necessária, pois não se trata somente de um caso jurídico.

A Câmara não é um tribunal, mas, sim, a Casa na qual os representantes do povo tomam decisões eminentemente políticas. Assim entendeu o então Relator da denúncia contra o ex-Presidente Collor, o Deputado Nelson Jobim.

Ao justificar seu voto, assinalou — o que bem se aplica ao momento que vivemos —:

“Note-se que a matéria posta em apreciação em muito extrapola os limites da simples qualificação jurídica desta ou daquela conduta, deste ou daquele personagem. O tema diz respeito, também, a uma crise política de sérios contornos e que tem conduzido o País a uma paralisia asfixiante. (...)”



Portanto, a autorização para a instauração de processo contra o Sr. Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, mais do que uma conveniência política, constitui-se num imperativo ético, para que se resgaste a credibilidade nas instituições, para que se estirpe do seio da sociedade a impunidade, para que cesse a ameaça de ingovernabilidade, para sermos respeitados no concerto geral das nações.”

Faço minhas as palavras do Ministro Jobim proferidas no processo de impedimento do ex-Presidente Collor. Afinal, a situação conjuntural econômico-política do nosso País está insustentável! Não há governabilidade! Esse Governo não tem mais credibilidade!

Nosso voto pelo *impeachment* não é só pelas pedaladas, que são uma irregularidade grave na administração pública, mas por tudo, como: corrupção generalizada; 100 mil empresas fechadas em todo o País; 10 milhões de desempregados; fundos de pensão dos trabalhadores públicos todos no vermelho; PETROBRAS no fundo do poço; taxa de juros mais alta do mundo; inflação acima dos 10%; custo de vida corroendo a renda das famílias.

Enfim, estamos na pior situação econômica em décadas. Isso é que é golpe contra o povo brasileiro!

Tive a honra de ser eleito o Deputado mais jovem da história de Goiás. Na minha trajetória, fiz um único compromisso: não desonrar os votos que recebi no meu Estado — e venho tentando honrar todos eles!



Ainda é possível acreditar em mudança, em uma política limpa e em uma administração pública eficiente. Nós, políticos, podemos agir de forma diferente! Fiz compromisso com a minha família, meus amigos e, acima de tudo, com o meu Estado e com o povo brasileiro!

É por isso que venho a esta tribuna com a bandeira do meu querido Estado de Goiás e a bandeira do nosso País ao fundo declarar: não vai ter golpe, vai ter justiça!

Devemos ser patriotas e amar o Brasil, ter orgulho do nosso País! Vamos restaurar a confiança nas instituições! Vamos devolver a autoestima à população! Vamos fazer ecoar a voz do povo brasileiro dentro desta Casa. Vamos votar “sim” ao *impeachment!*

Viva o Brasil! Vivam os brasileiros!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado João Paulo Kleinübing, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. JOÃO PAULO KLEINÜBING (Bloco/PSD-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é com grande senso de responsabilidade que estamos aqui vivendo este grave momento da história nacional.

Pela segunda vez em 25 anos o Congresso Nacional vai discutir o afastamento de um Presidente da República. Não há dúvida de que a Presidente Dilma perdeu as condições de continuar governando o Brasil, seja pelos crimes de responsabilidade praticados apontados no parecer do Deputado Jovair Arantes, seja pela falta de credibilidade, seja pela falta de apoio popular.

Por isso, atendendo ao anseio e às manifestações do povo de Santa Catarina, que, ao longo das últimas semanas, vem demonstrando a sua insatisfação com os rumos do Brasil, em nome da gente da minha Blumenau, venho aqui manifestar meu voto “sim” à admissibilidade do pedido de afastamento da Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tenho consciência de que não estamos no fim desse processo. Nós temos ainda muito a fazer para colocar o Brasil de novo na rota do crescimento, na rota da inclusão. Mas é seguramente um passo importante e necessário para a recuperação da boa política no País.

Acredito naquilo que Sua Santidade o Papa Pio XII um dia disse: “*A política é a forma mais sublime de exercer a caridade.*” E, por acreditar nisso, por acreditar que a política pode ser feita de outra forma, voto “sim” à admissibilidade do processo



de afastamento da Sra. Presidente da República, para que possamos continuar construindo juntos o País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se for usar a divisão do tempo, tem que ocupar a tribuna imediatamente.

O PSD encerrou? *(Pausa.)* O.k.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Wadih Damous, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu percebo — aliás, todos percebem — já há algum tempo que quando nós falamos em golpe os que defendem o golpe aqui dentro ficam ofendidos.

E nós não dizemos que esse processo de *impeachment* em curso nesta Casa é golpe para ofender. Nós dizemos que é golpe porque é golpe. Nós dizemos que é golpe porque para perpetrá-lo se pisoteia a Constituição aqui dentro. Uma série de princípios e valores constitucionais, direitos e garantias fundamentais estão sendo pisoteados ao longo do tempo por conta desse processo de *impeachment*: princípio da presunção de inocência, princípio da ampla defesa, princípio do devido processo legal. E vemos prerrogativas da advocacia sendo vilipendiadas ao arrepio da Constituição e da lei.

E por que se ofendem? Porque isso desnuda esse processo que está tramitando nesta Casa.

Quando analisamos a denúncia, assinada pelos três advogados de São Paulo, quando nós lemos o parecer do Relator Jovair Arantes, nós não podemos chegar a outra conclusão: são peças imprestáveis, são peças que um estudante de Direito de primeiro ano teria vergonha de assinar. Qual foi o crime de responsabilidade cometido pela Presidenta Dilma?

Ao longo desses dias aqui, ao longo da quinta-feira e desta sexta-feira, sucederam-se diversos defensores do *impeachment*, que falaram de tudo. Falaram de Lenin, falaram do bolivarianismo, falaram dos juro, falaram da economia,



falaram da PETROBRAS, só não conseguiram apontar o crime de responsabilidade praticado pela Presidenta Dilma. Simplesmente não dominam conceitos que deveriam dominar.

Houve empréstimo bancário? Não! Houve operação de crédito? Não! A Presidenta não alcançou a meta fiscal? Digamos que isso fosse verdade. Digamos que não tenha sido atingida a meta fiscal para honrar o Bolsa Família, honrar os programas sociais, honrar compromissos com a saúde e a educação. Ora, se isso aconteceu, que o Governo continue não atingindo a meta fiscal. Isso mostra exatamente como um governo golpista, caso esse *impeachment* seja aprovado — e não será — trataria os programas sociais.

Então, senhoras e senhores, nós estamos aqui diante, efetivamente, de uma farsa com o nome de processo de *impeachment*.

Eu gostaria de chamar a atenção para dois fatos.

Um deles é uma matéria de primeira página do jornal *The New York Times* — não se trata do chamado *blog* sujo do Brasil, não é de imprensa petista. Não sou eu que estou dizendo, é o *The New York Times*: “*Dilma é uma mulher honesta que está sendo julgada por criminosos.*”

Eu aconselho a quem se sentir ofendido contratar a Dra. Janaína Paschoal para processar o *The New York Times*, porque é uma acusação gravíssima, caso se sintam ofendidos.

Outra matéria de jornal que me chamou a atenção foi uma declaração do Juiz Sérgio Moro, adorado por 11 entre 10 golpistas aqui dentro. O que disse o Juiz Sérgio Moro? “*Não adianta tirar a Presidente Dilma. Isso não vai resolver o problema de corrupção no País.*” O xerifão Sérgio Moro.



Então, eu gostaria, meus queridos colegas, minhas queridas colegas, de me dirigir, neste momento, sobretudo aos Deputados que sinceramente ou estão indecisos ou já se pronunciaram tempos atrás a favor do *impeachment*, dizendo que estão fazendo isso em prol do combate à corrupção.

Sinceramente, vamos aqui refletir: é possível haver um combate eficaz à corrupção com uma chapa encabeçada por Michel Temer, que terá como Vice-Presidente Eduardo Cunha? Os senhores e as senhoras levam isso a sério? Eu tenho certeza de que não.

Vejam só os semblantes de quem antes estava rindo, estava gargalhando, estava sorridente. Vejam como estão esses semblantes hoje, porque já perceberam o recado das urnas. Já perceberam que hoje a maioria da população não acredita mais no golpe e não o deseja mais (*palmas*), não deseja mais o *impeachment*. A maioria da população hoje defende a legalidade democrática, porque sabe o que seria um país desgovernado por Michel Temer e Eduardo Cunha. (*Palmas.*)

Não foi à toa a matéria de primeira página do *The New York Times*. Do que acusam a Presidenta Dilma? De que crime? A Presidenta Dilma tem conta na Suíça? (*Manifestação no plenário: Não!*) A Presidenta Dilma tem conta em Liechtenstein? (*Manifestação no plenário: Não!*) A Presidenta Dilma desviou dinheiro daqui e dali para colocar na sua conta bancária? (*Manifestação no plenário: Não!*) Quem é que está sendo acusado disso? (*Manifestação no plenário: Ele!*)

Então, Sras. e Srs. Deputados, vamos refletir. Sei que há Deputadas e Deputados honrados aqui que, sinceramente, se colocam no plano de combate à corrupção. Mas não é decretando o impedimento da Presidenta Dilma que nós vamos combater a corrupção, sinceramente. Olhem a chapa.



Então, reflitam sobre isso. Não mergulhem o País na ingovernabilidade, que é o que vai acontecer se Michel Temer, um conspirador desleal, traidor, se apossar da Presidência da República. Ele não terá 1 minuto de governabilidade, porque o povo brasileiro não vai aceitar a usurpação da cadeira presidencial.

Dirijo-me aqui, para terminar, Srs. Deputados, particularmente aos meus colegas Deputados do Rio de Janeiro. Srs. Deputados, Sras. Deputadas do Rio, quantos investimentos, desde o Governo Lula, foram feitos na cidade do Rio de Janeiro e no Estado do Rio de Janeiro? Quantos programas sociais? Quantas refinarias? Quantas faculdades? Enfim, quantos investimentos em áreas fundamentais do desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro lá foram feitos?

Vamos prestar atenção naquilo que se fez em nosso Estado e em nossa cidade antes de apostarmos na barbárie, antes de apostarmos na aventura do golpe. E não adianta chorar, vocês já perderam! A virada já foi feita! O golpe não passou e não passará! *(Manifestação no plenário.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos chamar, para a discussão do parecer da Comissão Especial, o PSOL, com as inscrições dos Deputados Ivan Valente, Jean Wyllys, Chico Alencar, Edmilson Rodrigues e Luiza Erundina.

O tempo está disponível. O revezamento se dá à conta dos integrantes.

O PSOL dispõe, a partir deste momento, de 60 minutos.

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos dar início ao tempo destinado ao PSOL.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reponha o meu tempo. Eu ainda não comecei meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Houve um pequeno atraso, Deputado, mas não há problema. Solicito que seja repostos o tempo de 60 minutos destinado ao PSOL, por favor.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou a hora do PSOL. Vamos ter 1 hora de PSOL agora.
(Palmas.)

Eu peço a atenção de todos, porque o Partido Socialismo e Liberdade é um partido de oposição, um partido programático, democrático, de esquerda, mas um partido que não tem nenhum cargo no Governo, não recebe nenhuma benesse, não vai atrás de emendas parlamentares.



Mais do que isso, Sr. Presidente, o PSOL tem sido intransigente com a corrupção. Quem duvida disso basta verificar a conduta do partido nos últimos 10 anos: o PSOL foi o único partido que teve a coragem de desafiar o poderoso Eduardo Cunha, que já deveria ter saído dessa cadeira, que vergonhosamente ocupa para comandar o *impeachment*.

Cinismo e hipocrisia o PSOL não tolera!

Por isso, diferentemente do que pensa a golpista Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, nós entendemos que quem é contra o *impeachment* não é a favor da corrupção. Calma aí! Não é! Criaram esta mentira.

O PSOL é a favor de que todos sejam investigados, doa em quem doer. E faz isso na prática. O que nós queremos é justiça, é verdade, é a punição de todos, doa em quem doer.

Nós temos histórico e coerência para isso. Nós vamos denunciar, como fizemos na CPI da PETROBRAS, qualquer “acordão” que vise abafar a Operação Lava-Jato, qualquer que seja o resultado da votação do *impeachment* nesta Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, nós também queremos discutir o álibi que foi criado: a questão fiscal. Na verdade, está-se criando um 11º mandamento na Bíblia: o ajuste fiscal. Ajuste fiscal, agora, é mandamento bíblico! Não! A economia serve para trazer felicidade às pessoas, para distribuir renda e gerar emprego, não para gerar superávit e pagar a banqueiros e rentistas no nosso País.

Por isso, eu quero cobrar coerência. Aqueles que acham que há motivos para cassar a Presidente da República por operações de crédito — que não aconteceram — deviam ser mais coerentes e pedir que todos os Presidentes da República que



não fizeram, constitucionalmente, auditoria da dívida pública fossem cassados, porque não cumpriram a Constituição brasileira.

Em segundo lugar, falamos novamente em coerência, porque quem afundou Dilma foi a política que nós combatemos, a política de ajuste fiscal, a política neoliberal, inclusive, de isenções fiscais aos grandes empresários, no valor de 120 bilhões de reais.

O único partido que votou contra isso foi o PSOL. Os outros partidos, entre os quais o PSDB e o DEM, votaram a favor da liberação de dinheiro para empresários para, assim, gerar emprego e renda, o que não aconteceu. Depois, o rombo foi parar no Tesouro Nacional. Agora dizem que o Brasil está falido, e os caloteiros estão aí!

Por isso, Sr. Presidente, na nossa opinião, não há crime de responsabilidade. Se não há crime de responsabilidade, não há *impeachment*.

Se querem cassar por impopularidade a Presidente, vários outros Presidentes já deveriam ter sido cassados: o Presidente José Sarney, que terminou com uma popularidade submarina; o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que chegou a ter 7% ou 8% de popularidade — basta ver as pesquisas da época.

Agora querem cassar a Presidente Dilma! Desde quando impopularidade é motivo para cassar mandato? É óbvio que este é um grande álibi que está sendo montado neste momento.

Por isso, cassar alguém por impopularidade ou pelo conjunto da obra, na nossa opinião, com todas as críticas que o PSOL tem — vou falar sobre corrupção daqui a pouco —, é, na verdade, uma grande farsa, uma grande fraude, para se chegar a um “acordão” entre a elite brasileira, os organismos do PIB brasileiro, os



grandes meios de comunicação de massa e essa articulação de direita que foi feita para substituir o Governo.

Alguém aqui disse que vamos ter estabilidade depois, que não vamos ter sequelas. Ora, se um Presidente da República eleito for cassado sem crime de responsabilidade, haverá a ruptura da ordem democrática. Se há ruptura da ordem democrática, há golpe institucional. Aqueles que comandam isso receberão o carimbo de golpistas.

São duas as datas dos golpes: 1º de abril de 1964 e, se o *impeachment* passar agora, 17 de abril de 2016.

O momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é de grande reflexão.

Em terceiro lugar, eu pergunto: qual é o plano do Sr. Michel Temer e de todos aqueles que querem substituir a Presidente da República?

Milhões de brasileiros foram às ruas porque queriam tirar a Presidente Dilma. Alguns fizeram isso por ódio e por intolerância; outros, porque acham que o desemprego, a inflação e todas as mazelas da economia são responsabilidades da Presidente. Estão insatisfeitos, o que é até legítimo. Outros milhões foram às ruas contra o *impeachment*, por uma política econômica diferenciada, contra o ajuste fiscal.

Eu quero saber quem foi para as ruas pedir que Michel Temer assuma a Presidência da República! Ninguém foi para as ruas pedir isso! E mais: quando ele começar a implantar o seu programa, alguém vai pensar: *“Poxa, estão dizendo que Temer é o Governo da salvação nacional, a redenção da economia brasileira”*.

Será que o povo vai ter vez e voz no Governo Temer? É isso que vai acontecer? Vai haver a taxaçoão de grandes fortunas, de grandes heranças? Vai



haver a cobrança da dívida ativa da União, de um 1,2 trilhão de reais, que é dos caloteiros que estão aí? V.Exas. acham que vai haver a auditoria da dívida pública? Não!

Eu vou dizer agora o que vai haver: a autonomia do Banco Central; a reforma da Previdência, que a Presidente Dilma também queria fazer, mas não conseguiu, por resistência — queriam aumentar a idade mínima, cobrar dos inativos, etc. —; a reforma trabalhista, em que vai valer o que é negociado numa situação de crise contra o legislativo, a abolição da CLT.

É disso que trata o Governo do Sr. Michel Temer. Mais arrocho fiscal, mais terceirizações, privatizações, esta é a política antipovo. É o aprofundamento da política neoliberal, mas aí, sim, com a anuência do mercado financeiro, que agora diz: *“Não dá mais, Dilma. Nós queremos um novo representante!”*.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSOL não pode ser a favor de uma medida que troque uma política econômica por outra pior ainda e, mais do que isso, ilegítima, imoral, indecente e comandada pela delinquência de Eduardo Cunha.

Isso é inaceitável, sob todos os aspectos!

Em quarto lugar, quero falar da luta contra a corrupção. Entre 34% e 40% do povo brasileiro aprova a Operação Lava-Jato, acha que o maior mal do Brasil é a corrupção e que é preciso combatê-la. Certamente! Mas o povo não quer saber de hipocrisia e de cinismo.

É verdade, sim, que o PT cometeu erros, que se atolou na corrupção, que tem líderes presos e precisa pagar por isso, diante das alianças espúrias que fez e do



financiamento privado fácil. Mas ele não inventou a corrupção, porque ela já estava aí.

Por causa dos esquemas do mensalão, o Sr. Azeredo está condenado a 20 anos de cadeia; o Sr. Sérgio Guerra pegou 10 milhões de reais com o Sr. Paulo Renato, sabem para quê? Para abafar a CPI da PETROBRAS, em 2009.

E o DEM? Quem é Arruda? Quem é Agripino Maia? Quem é Demóstenes Torres? Quem são esses moralistas da hora que vêm falar contra corrupção aqui?

Nós devemos, sim, aprofundar as investigações!

E mais: há dezenas de Parlamentares, particularmente do PP, envolvidos na lista da Operação Lava-Jato. Se estão envolvidos na lista da Lava-Jato, alguma coisa existe. O Sr. Rodrigo Janot não fez o contrário.

Muitos aqui estão enrolados na Bandeira do Brasil. Isso é sujar a Bandeira do Brasil com corrupção. *(Palmas.)* Não é aceitável! Esta é a Casa dos representantes do povo, da dignidade.

O combate à corrupção não se faz com Michel Temer Presidente. Faz-se pedindo a punição de todos os corruptos, doa em quem doer.

O PMDB está incomodado porque sabe que lá mora o conjunto que será investigado pela Lava-Jato, inclusive o Sr. Michel Temer, que tem atrás de si...

(Manifestação no plenário: E a Dilma? E o Lula?)

O SR. IVAN VALENTE - Cale a boca, palhaço!

(Manifestação no plenário: E o Lula?)

O SR. IVAN VALENTE - Cale a boca, palhaço!

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência solicita a V.Exas. que respeitem o Deputado na tribuna.

(Manifestação no plenário: Puxadinho do PT!)

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reponha o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Na sequência, darei mais 1 minuto a V.Exa., Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE - Quero falar do PMDB, sim. Já falei do PT aqui...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Solicito aos Srs. Deputados que respeitem o Deputado que está na tribuna.

Nós vamos repor 1 minuto a V.Exa., nobre Deputado.

O SR. IVAN VALENTE - Quero falar do Sr. João Henriques, do Sr. Jorge Zelada e de toda a cúpula do PMDB que está na Operação Lava-Jato, a começar por Eduardo Cunha, Renan Calheiros e Romero Jucá.

O povo brasileiro precisa dar a resposta de que não é um golpe institucional, mas a mobilização popular pela democracia e por mudanças sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Dando sequência à fala dos Deputados do PSOL, concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys, do Rio de Janeiro.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, em primeiro lugar, eu quero falar do meu constrangimento de participar de um processo de *impeachment* desencadeado e conduzido por um réu no STF pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, réu que tem se comportado como um gângster, não só usando os seus comparsas para nos constranger aqui, como também impondo censura a nós, os adversários, nos veículos de comunicação da Casa.

Este é processo de *impeachment* contra uma Presidenta sobre a qual não pesa crime de responsabilidade. Não, pedaladas fiscais não são crime de responsabilidade. Se o fossem, muitos Governadores, aí incluídos os tucanos Geraldo Alckmin e Beto Richa, deveriam sofrer impedimento. Se pedaladas fiscais fossem crime de responsabilidade, o conspirador e traidor Vice-Presidente decorativo da República Michel Temer, que assinou manobras fiscais — ele fez isso no exercício da Presidência, deveria estar sofrendo impedimento.

Um processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade e conduzido por um gângster deveria ser um escândalo. Muito me constrange ter que participar dele. Esse processo de *impeachment* só não é tratado pela chamada grande mídia como um escândalo, como uma aberração política, porque a grande mídia tem interesse na derrubada do Governo Dilma e na erradicação do PT da cena política. Para a grande mídia, não importam os meios — apoiar um gângster e seus comandados — para atingir seus fins. Os Governos petistas nunca deixaram de



injetar dinheiro público na grande mídia, mas ela quer mais e vislumbra que, num governo sem petistas, comandado apenas por plutocratas e cleptocratas, ela passará a ganhar mais. Por isso a grande mídia não trata esse processo de *impeachment* urdido e conduzido por um gângster e seus asseclas como escândalo.

Esse processo de *impeachment* não passa de um terceiro turno das eleições forçado pelos derrotados no primeiro e no segundo turnos, com o apoio de traidores e sabotadores da chapa vencedora (*palmas*), interessados em salvar a pele das garras da Lava-Jato. Mais que um terceiro turno, esse processo de *impeachment* é uma eleição indireta forçada pelos partidos que sabem que jamais ganharão a eleição direta para a Presidência da República.

Trata-se, portanto, de um retrocesso em relação a uma conquista fundante da jovem democracia brasileira: as eleições diretas, o direito de o povo escolher, por eleições livres, o Presidente ou Presidenta da República. Trata-se da tentativa de cassar os 54 milhões de votos que deram a Dilma Rousseff a Presidência da República. Trata-se da tentativa de perdedores ressentidos, conspiradores, traidores, unidos à grande mídia, de forçar uma eleição indireta por meio de um processo de *impeachment* ilegal e imoral.

Isso não tem outro nome, senhoras e senhores, é golpe! Golpe parlamentar! Golpe contra a democracia!

Eu sei que os golpistas não gostam que se chame seu golpe de golpe. Também em 1964 os golpistas preferiram chamar seu golpe civil-militar, que instituiu 21 anos de terror e corrupção, de revolução. Mas não adianta tergiversar; não adiantam as falácias, os discursos demagógicos, recheados de hipocrisia, discursos de pessoas que pertencem a partidos atolados em escândalos de corrupção,



partidos que trazem em seus quadros ladrões e torturadores que têm a pachorra de se apresentar como gente de bem, arautos da moralidade.

Não adiantam seus discursos — V.Exas. sabem que estão dando um golpe. Não vou dizer que suas consciências os acusarão, porque V.Exas. não têm consciência. V.Exas. têm interesses escusos e querem privilégios. *(Apupos.)*

Os golpistas sempre gritam quando pomos o dedo na ferida.

Não por acaso, os golpistas que se sucederam à tribuna mal falaram das tais pedaladas fiscais. Mais atacam as virtudes dos Governos petistas que a seus pecados. Atacam as poucas políticas sociais implementadas pelos Governos petistas: o Bolsa Família, a abertura de mais universidades, as cotas raciais e sociais para negros e pobres na universidade, uma política pública exclusiva para as mulheres, a abertura de diálogo com a comunidade LGBT, com a juventude periférica e com os trabalhadores da cultura.

Notem que quem está falando aqui é alguém que não pertence ao PT, que nunca foi filiado ao PT e que, nesses 6 anos, fez oposição à Esquerda e criticou, sobretudo, a política econômica do PT. *(Palmas.)*

As políticas sociais só não foram maiores, mais frequentes e de maior alcance justamente por causa dessa corja de traidores e sabotadores que antes fazia parte do Governo e que agora dele sai para atacá-lo, como ratos que abandonam um navio que ameaça naufragar. Eles saem do Governo para tramar um governo em que povos indígenas, negros e pobres das favelas e periferias, trabalhadores sem terra e sem teto, povo de santo, trabalhadores na cultura e comunidade LGBT terão como resposta às suas reivindicações a repressão violenta por parte das polícias e a prisão, com o apoio de setores do Judiciário.



Se alguém duvida disso, basta prestar atenção ao áudio que o conspirador e traidor Michel Temer vazou para a imprensa, ou prestar atenção nos projetos de lei que tramitam nesta Casa: a nova política antidrogas, que quer ampliar o número de prisões e a repressão, o Estatuto da Família, o Dia do Orgulho Hétero, o Estatuto do Nascituro, que quer tirar das mulheres seus direitos sexuais e reprodutivos. Basta prestar atenção no que está aqui.

Como disse Leonardo Boff, se os pobres deste País tivessem noção do que os golpistas querem lhes impor após o *impeachment* da Presidenta Dilma, se tivessem noção disso, encheriam as ruas e impediriam essa farsa, essa ópera-bufa a quem chamam de processo de *impeachment*.

Com orgulho e com convicção — ao contrário dos hipócritas e demagogos que integraram o Governo Dilma e hoje o acusam dos males que eles mesmos praticaram quando membros do Governo, ao contrário dessa gentalha, eu não fiz nem faço parte do Governo Dilma, nunca tive cargo no Governo Dilma (*palmas*) —, por amor à democracia e ao tanto que progredimos até aqui, desde a era Lula, ou melhor, desde as Diretas Já, desde a promulgação da Constituição Cidadã, voto “não” a essa farsa a que chamam de processo de *impeachment*.

Voto “não” não por Lula, não por Dilma, mas sim pela democracia! A história poderá dizer de mim que fui o primeiro homossexual assumido, e com orgulho, a chegar ao Parlamento, mas jamais poderá dizer de mim que eu fui injusto, que eu fui egoísta, que fui golpista. Durmam com essas! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Ainda no tempo destinado ao PSOL, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Deputadas e Deputados, vou ousar pedir um momento de reflexão. O risco, neste embate político acirrado, é nos cingirmos à disputa pelo poder político da União e morrermos afogados na superfície.

O que nos está faltando desde ontem é atentarmos para as causas estruturais de nossos problemas, causas ainda renitentes numa economia liberal periférica, dependente de *commodities*, que reproduz a injustiça social.

Não se decreta o fim das classes sociais e das diferenças existentes num país por ato de vontade ou pregação da paz. Elas existem, estão enraizadas em 4 séculos de latifúndios, que os ruralistas insistem em louvar, de escravidão — até lei que puna o trabalho escravo ou similar a ele é difícil de passar neste Congresso — e de monopólio até mesmo das comunicações. Esses são problemas estruturais do Brasil que os Governos do PT, que despertaram tantas esperanças e que parte de nós contribuiu para que chegassem à administração central, não enfrentaram com a coragem que deveriam.

Quero, contudo, denunciar aqui a podridão do nosso sistema político-partidário, alimentado pelo poder do dinheiro alto. Esse sistema de capitalismo de compadrio não pode prosseguir, sob pena de estarmos enganando a população.

Esta Casa não teve a coragem de fazer a reforma política. Quando avançou um pouquinho, o Relator na Comissão da reforma política, o Deputado Marcelo Castro, foi castrado pelo Presidente-réu desta Casa, Eduardo Cunha, que o defenestrou arbitrariamente da Comissão. Nela fizemos debates em profundidades, sobretudo para romper o vínculo entre o público e o privado na vida política nacional,



vínculo que tem sido a razão e a essência do que a Lava-Jato apura agora: denúncias que envolvem quase todos os partidos do nosso sistema degenerado.

Lamento que o PT, que trouxe tanta esperança de mudança, tenha entrado no esquema que sempre condenou. Ele está pagando por isso agora. Essa é uma pequena grande tragédia na história nacional.

A despeito de tudo isso, esse *impeachment* é uma farsa. Esse *impeachment* é um engodo. Esse *impeachment* pode ser considerado uma tragicomédia em seis atos. O primeiro deles, Deputado Wadih Damous, é a própria peça. Não precisamos recorrer a Fábio Konder Comparato, a Dalmo Dallari e a uma gama de juristas sérios para saber que se trata de uma pedalada jurídico-legislativa politqueira. Delfim Netto, insuspeito de ter simpatia com a Esquerda, com os progressistas, já se manifestou!

Amigos do PSB, vejam em que campo podem ficar: aqui está delineado o campo reacionário, retrógado da Direita, inclusive hegemônica, não pelos autênticos sociais democratas, mas pela Direita mais raivosa, que tem saudades da ditadura. Espero que reflita sobre isso o PSB, e também muitos do PSDB, que perderam o protagonismo nesta disputa aqui. Lembrem-se: quem vocaliza o *impeachment* é a Direita mais raivosa.

Pois bem, a peça jurídica é imprestável. Muitos Deputados, inclusive do PSDB, disseram isso há 2 meses, e apelaram à nova OAB, conservadora, para obter um pedido de *impeachment* mais consistente.

Eis, portanto, o segundo ato da farsa do *impeachment*: sua aceitação. Desde outubro havia parecer técnico da competente assessoria da Casa, dividida quanto ao mérito, nas mãos de Eduardo Cunha. O que ele fez, como é de seu feitio?



Barganhou o acolhimento ou não desse pedido e tomou sua decisão horas depois de os Deputados do PT, no Conselho de Ética, acatarem o nosso pedido.

O PT barganhou, sim, com Eduardo Cunha, seu antigo aliado — isso foi um erro, e espero que sirva de lição: a Esquerda precisa reaprender a fazer autocrítica. Foi traída por Cunha e aceitou o pedido como chantagem. Sabem quem disse isso? Miguel Reale Júnior. A propósito, encontrei S.Sa. por acaso ontem, quando veio fazer a defesa da tese do *impeachment*, e lhe disse: “Tenho citado muito o senhor”. Ele ficou feliz: “Que surpresa!”. Justifiquei-me: “Eu o faço porque V.Sa. disse que Eduardo Cunha, ao acolher seu pedido de *impeachment*, fez — abram-se aspas — ‘chantagem explícita’.”

Eduardo Cunha é o chantagista-mor, é o diretor-geral dessa peça que é a farsa do *impeachment*. Ele é o farsante que dirige essa peça. Ele, sobre quem todo dia há nova denúncia, revela-se beneficiário, ou usufrutuário, como ele prefere, de um crediário de propina da Carioca Engenharia, da OAS e de outras.

Ora, isso é um escândalo! Um Parlamento digno desse nome, em qualquer país do mundo, não aceitaria um Presidente com esse currículo — ou melhor, com esse prontuário.

O terceiro ato dessa farsa é o conluio da elite, que se acomodou no poder, inclusive com Lula. Com a sua sagacidade, a elite brasileira está sempre no poder. Por isso, o PMDB a representa tão bem.

O projeto do PMDB é estar no poder, qualquer que seja o Governo. A elite empresarial, as federações, o agronegócio, a mídia comercial hegemônica e os ultraconservadores deste Parlamento — meu Partido Socialista Brasileiro, olhe a má-companhia! —, mudaram de lado: o Governo Dilma não lhes é mais funcional.



Então, tramam, pagam por matéria a jornais, colocam todo o seu aparato para destituir o Governo eleito — esse é mais um ato dessa farsa.

Outro ato é a própria Operação Lava-Jato. Há, sim, um acordo para encerrar a Lava-Jato. Ela já teria cumprido seu papel, segundo esses que querem deixar as nossas mãos limpas atadas: colocar o carimbo de “corrupto” no PT. Infelizmente, o PT fez por merecer isso. Mas ainda há o PMDB, o PP, o PSDB, do Senador Sérgio Guerra — apesar de todo o respeito que os falecidos merecem de nós, não podemos nos esquecer de que ele foi acusado de ter levado 10 milhões de reais para obstaculizar, como Gim Argello e muitos outros, a CPI Mista da PETROBRAS.

É esse o conluio de partidos, de empresas e de parte da mídia hegemônica que está por trás dessa farsa do *impeachment*.

O quinto ato é o próprio Congresso: sete de cada dez Deputados desta Câmara foram financiados por grandes empresas. Tudo bem, isso é legal, é abrigado pela legislação, mas isso pesa. Foi tremendo o desespero quando o Supremo fez o único gesto político digno de uma reforma — reforma que nos recusamos a fazer: o fim do financiamento empresarial de campanha. O Eduardo Cunha só não apelou a todos os deuses porque é evangélico fiel, só tem um Deus, é monoteísta. Certamente apelou a seu Deus, para que a votação fosse refeita com as mãos humanas, muitas vezes pecaminosas. Isso não deu certo.

Este Congresso, que tem 148 Parlamentares sob investigação, tem que ter cuidado quando falar sobre moralidade pública. Aliás, o zelo orçamentário com as pedaladas é também de ocasião, porque a maioria aqui está zelosa de suas emendas orçamentárias individuais, para cevar curral eleitoral. Isso faz parte do sistema.



Por fim, senhoras e senhores, estamos na semana de Tiradentes. Ela nos ensina algumas coisas. A primeira é que o Brasil é o País das transições intransitivas, tenta mudar de verdade — e aí, sim, pode ser enforcado pelos poderes dominantes. O resto é mudança de perfumaria: mudar para continuar tudo como está. É isso o que estão programando agora — ou vocês acham que o PMDB é solução? Ele é antes parte pesada do problema.

Uma Ponte Para o Futuro é antes uma pinguela para o passado, contrária aos direitos sociais por desvincular as receitas da educação e da saúde, por precarizar os direitos trabalhistas e por atacar de maneira criminosa os movimentos sociais.

Lembro Cecília Meireles — a literatura sempre nos ajuda —, que nos dá uma lição de história no seu *Romanceiro da Inconfidência*, como se vai começar a perceber a partir de amanhã à noite; a história faz o seu julgamento, não imediatamente, mas com vagar. *“Não se afobe, não, que nada é pra já”.*

Independente de qual for o resultado amanhã — e eu não vou ficar fazendo bolão ridículo, colocando dinheiro numa coisa tão séria — (*palmas*), entendo que nós devemos pensar na nossa atitude. Os progressistas, os verdadeiros sociais democratas, os autênticos desta Casa, os que sabem que o sistema político está putrefato devem pensar muito no voto que darão: se pela farsa ou se pelo aprofundamento da democracia direta, participativa, se pela qualificação da democracia representativa.

Michel Temer, nos 15 minutos do autogrampo que ele deixou vazar, não fala uma só vez em corrupção ou na Operação Lava-Jato. Ele está comprometido: também ele negocia cargos de dentro do Jaburu. Ouvi um Deputado dizer: *“Saí tranquilo, porque ele disse que, do segundo escalão para baixo, não vai mexer em*



nada". Michel Temer e seus aliados devem pensar na fala de Cecília Meireles aos traidores: *"Pelos caminhos do mundo, nenhum destino se perde: há os grandes sonhos dos homens e a surda força dos vermes"*.

Vamos sonhar! Vamos vencer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Ainda no tempo destinado ao PSOL, vamos do Rio de Janeiro ao Pará com o Deputado Edmilson Rodrigues, a quem concedo a palavra.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou professor. Há uma máxima de Paulo Freire que me guia como educador e como cidadão, a de que se deve denunciar sempre o que é desumanizante e anunciar sempre o que é humanizante.

Sou Deputado Federal, mas, na condição de professor, trabalhador, cidadão brasileiro, o que me move é a produção deste mundo verdadeiramente humano, democrático e feliz, porque socialista. Portanto, o meu mandato não é profissão, é instrumento de luta em favor da justiça.

Por conta disso, eu quero aproveitar a oportunidade para dizer que espero que não seja ordem do Presidente Eduardo Cunha, espero que não seja autocensura dos trabalhadores concursados da *TV Câmara*, que percebendo o que está escrito nessas plaquetas, mudou o foco, a direção das câmeras, para impedir que o povo leia o combate a uma tentativa de agressão ao Estado de Direito (*palmas*), portanto, um golpe à ordem institucional brasileira, como estamos defendendo aqui como tese política.

Quero também fazer uma denúncia muito séria. Nem todos os servidores tiveram os dois crachás necessários para adentrar os recintos desta Casa, mesmo



servidores de carreira. No entanto, eu afirmo a V.Exas. que acaba de ser dada ao Departamento de Polícia Legislativa — DEPOL ordem para que libere crachás para aqueles militantes não servidores que estão aqui para constranger a democracia e vilipendiar o direito de servidores concursados e de Parlamentares contrários ao *impeachment*.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil está em crise. A crise é profunda na sua dimensão econômica, política, social e moral. Poderíamos falar sobre muitos aspectos dessa crise.

Eu vou falar da crise moral, porque a corrupção é genocida. O dinheiro que enriquece a muitos da política ou a muitos empresários é o remédio que falta; é o leite que falta; é o salário do servidor público que falta, como ocorre no Rio de Janeiro; é o que acaba sendo usado como justificativa para congelar a renda pelo trabalho, para castrar direitos duramente conquistados, há décadas, pelos trabalhadores brasileiros.

Por isso, eu queria lembrar que as principais vítimas da crise moral são exatamente os trabalhadores, mas o Brasil é estruturalmente corrupto. E é para ser contra essa estrutura capitalista movida pela lógica do lucro que o PSOL existe, para firmar a possibilidade de um futuro justo, democrático e feliz. (*Palmas.*)

Eu quero lembrar aqui que se fala muito do mensalão do PT, e há quadros importantes do PT pagando por se terem metido nessa lama histórica do Brasil, que é a corrupção. Mas pouco se tem falado do mensalão do PSDB, que ainda não viu nenhum integrante seu na cadeia, apesar de já se ter condenado, em primeira instância, o ex-Senador, ex-Governador, ex-Presidente do PSDB Eduardo Azeredo a 20 anos de prisão.



Devemos nos lembrar também do mensalão do DEM. Aliás, lembremos os dois últimos escândalos que envolveram o Senador Agripino Maia — em só um deles, recebeu de empreiteiras 1 milhão de reais para a campanha passada!

Seriam muitos os fatos de corrupção que expressam essa crise moral. Podemos lembrar o escândalo dos metrô de São Paulo, Deputada Luiza Erundina, Deputado Ivan Valente. Foram bilhões de reais desviados, cassando o direito do cidadão paulista de ir e vir com mais dignidade para o trabalho, para o lazer, para a sua casa, de ter mais tempo para o descanso, depois de uma jornada cruel de trabalho. Foram bilhões! E, segundo denúncias já comprovadas, isso ocorre desde o Governo Collor. Isso passa também por José Serra, que está sendo cotado para Ministro caso haja sucesso nesta tentativa de golpe institucional, e por Geraldo Alckmin.

Aliás, como pai e educador, lembro Moacir Gadotti, que dizia que não é possível estar feliz se apenas seu filho tem escola, casa, direito a comer, direito a uma vida digna, e, ali na porta da sua casa, está uma criança gritando de fome.

Eu pergunto: é ou não uma violência, expressão dessa crueldade, expressão dessa crise moral, o roubo da comida das crianças da rede escolar de São Paulo, em relação à qual, felizmente, há uma investigação avançando? Nós não podemos mais conviver com isso!

Sabem o que explica isso? Talvez mereça aqui uma homenagem um líder espiritual contemporâneo importante, o Papa Francisco, que se refere ao demônio do dinheiro. É contra a demonização do dinheiro que nós temos que lutar.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há saída para a crise. Eu quero dizer, com todo o respeito a todos os partidos, que o PSOL tem programa. O PSOL



é partido de oposição ao Governo. O PSOL luta por justiça e combaterá todas as injustiças, esteja quem estiver no Governo. O PSOL não poupará nenhum corrupto, seja de que partido for.

Eu quero dizer que reconheço, também nos demais partidos, pessoas de bem. Inclusive pessoas que agora declaram seu voto a favor do *impeachment* não necessariamente, por serem de partidos conservadores, podem ser classificadas como bandidos, como corruptos, como inimigos da democracia. Mas, convenhamos, vários Deputados não têm moral para falar em combate à corrupção ou em democracia. Aqui há gente que apareceu na lista de investigados da Operação Lava-Jato, da Odebrecht, da Camargo Corrêa, do escândalo de Furnas. Aécio Neves, ex-candidato a Presidente da República, é a principal estrela dos benefícios do dinheiro desviado de Furnas.

Nós poderíamos falar de pessoas que respondem — eu conheço várias delas — a cerca de 40 processos, por sequestro, extorsão, tortura; enfim, são muitas as tipologias de crimes que envolvem muitos. Mas não se pode generalizar. Há muita gente de bem, e é por isso que nós temos que discutir seriamente as saídas para a crise.

Agora me permitam perguntar: qual foi o crime que a Presidente Dilma cometeu? Quem acompanha a *TV Câmara* me ouve e me vê diariamente, pelo menos quatro ou cinco vezes por dia, combatendo as medidas do Governo contrárias aos interesses do País, aos interesses de indígenas, camponeses, servidores públicos, operários. Mas qual foi o crime da Presidente?



Fazer oposição programática e lutar dentro da ordem democrática para eleger projetos diferentes é um direito, mas o *impeachment* de quem não cometeu crime é uma violência, e isso dói aos ouvidos de quem defende o *impeachment*.

O *impeachment* está na Constituição, mas muita coisa está na Constituição. Prender ladrão está na Constituição, mas não se pode prender quem não é ladrão. A Presidente Dilma não cometeu nenhum crime.

Em relação às pedaladas fiscais, eu quero lhes dizer que nós temos que enfrentar o sistema da dívida. A Presidente terá uma chance a mais, vencendo amanhã. E nós cremos que ela vai vencer e que vamos derrotar o golpe! (*Palmas.*)

Ela terá uma chance para fazer diferente. E fazer diferente é enfrentar o sistema da dívida, realizar a auditoria já aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, reduzir esse superávit primário. Quando se aumenta o lucro de banqueiros, diminui-se a possibilidade de investimento que dinamiza a economia, gera emprego e renda, propicia a qualidade do serviço público, a sua valorização.

Há caminhos, e, em nome da democracia, nós dizemos “não” ao *impeachment!*

Qual é o outro crime anunciado por políticos travestidos de juristas? É o de que ela expediu decretos para garantir recursos a uma área, transferindo-os de outra, interferindo na meta de superávit. Ora, isso é crime? Se alguém, como empresário e como pai, depois que vê que um filho ficou doente, paga uma dívida ou compra o remédio para o filho? Comete o “crime” de salvar o filho ou paga ao credor?



Não há crime, porque, ainda que se considere que a política econômica da Presidenta está errada, foi correto dizer “não” ao capital e investir no Bolsa Família e em outros programas sociais.

Por isso, viva a democracia!

Somos contra a agressão! Somos contra o golpe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Neste momento, para completar o tempo do PSOL, concedo a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina, de São Paulo. Observo a S.Exa. que acrescentarei 1 minuto ao tempo de 14 minutos e 14 segundos, tendo em vista a interrupção que houve.

Tem a palavra V.Exa., Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Deputadas, Deputados, telespectadores que nos assistem, é para a sociedade que quero falar.

Vocês podem me dizer por que o Presidente saiu da Presidência dos trabalhos exatamente na hora em que os Deputados do PSOL assumiram esta tribuna? A verdade dói, mas também liberta!

Por que será que a *GloboNews*, que tem cobertura em tempo integral, noite e dia, dos discursos desta Casa, deixou de transmiti-los justamente na hora em que o Líder do PSOL e outros membros da bancada vieram se dirigir não tanto aos que estão presentes, mas à sociedade brasileira? É porque essa mídia é monopolizada e seleciona a divulgação dos fatos, sobretudo quando esses fatos não lhes interessam. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sociedade que nos ouve, há pouco mais de 1 ano ocupei esta tribuna para abordar o grave momento que o nosso País



atravessava, frente ao impasse político que gerava instabilidade e ambiente de frustração e desalento. De lá para cá a situação foi se agravando sempre mais, a ponto de colocar em risco a própria democracia e o Estado Democrático de Direito, conquista preciosa do povo brasileiro.

Estou convencida de que o cerne do problema é sobretudo o esgotamento do nosso sistema político, que apresenta enormes distorções impossíveis de se corrigirem com simples e frequentes remendos na legislação eleitoral feitos pelo Congresso Nacional 1 ano antes de cada eleição.

A consequência disso é uma crise política de proporção alarmante, cujo foco é o atual sistema presidencialista de coalizão, sustentado por uma base parlamentar composta por 25 partidos políticos, na sua grande maioria, meras legendas eleitorais sem identidade ideológica e sem projeto político.

Isso ocorre, senhores e senhoras, por omissão do Poder Legislativo, por omissão desta Casa, que por mais de 2 décadas anuncia no início de cada legislatura que a reforma política é prioridade. Porém, não passa de retórica, de promessa vazia e de tentativas frustradas, não obstante o interesse e a participação da sociedade civil organizada, inclusive numa Frente Parlamentar desta Casa que buscava uma solução para o problema.

Outro fator preocupante na crise atual é o despreço pela democracia, demonstrado por atores políticos e disseminado na sociedade com o apoio dos poderosos meios de comunicação de massa, estes oligopolizados por um pequeno grupo de concessionários que se beneficiam da vigência de um marco legal obsoleto e que resistem a toda tentativa de mudança, com vistas a sua democratização. É,



portanto, um agravante, visto que a mídia se comporta como se fosse partido político ao interpretar e propagandear sua versão dos fatos de forma tendenciosa.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, prova evidente do desapareço pela democracia é também o fato de a vontade popular expressa nas ruas no último pleito presidencial estar sendo desrespeitada, tanto pela Oposição quanto pela Situação, visto que, ao mesmo tempo em que a Oposição não reconhece e questiona o resultado da disputa eleitoral, a Presidente Dilma Rousseff desrespeita o programa com o qual se elegeu e esquece seus compromissos eleitorais ao adotar uma política econômica semelhante à defendida pelos seus adversários. Adversários esses que, numa clara demonstração de desfaçatez e de oportunismo político, combatem nesta Casa as medidas do ajuste fiscal propostas pelo Governo tão somente para enfraquecer a Presidente, visto que são as mesmas do receituário que eles apregoam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a oposição conservadora, que paradoxalmente se situa dentro e fora do Governo, dentro e fora da chamada base aliada — parte da qual agora desembarca do Governo sem qualquer prurido —, aposta no quanto pior, melhor, e aproveita a fragilidade do Governo para, de pressão em pressão, de chantagem em chantagem, fazer avançar sua agenda regressiva, oposta aos interesses populares, uma agenda policialesca e excludente e que aprofunda as desigualdades de classe, de gênero e de raça. Seu objetivo, além da volta ao poder sem ter que esperar as próximas eleições é sobretudo a preservação das velhas estruturas políticas concentradoras de poder, de riqueza e renda, a reprodução dos privilégios dos mais ricos e a garantia dos interesses do grande capital, além do rechaço à participação e à soberania popular.



Soma-se a esse quadro o ativismo de setores do Judiciário, da Polícia Federal e do Ministério Público, que, sob o pretexto do combate à corrupção — combate que nós do PSOL apoiamos com veemência —, tem atropelado garantias constitucionais, em conluio com empresas de mídia, e transformado investigações em táticas de enfrentamento político que já sugerem um golpe institucional.

Nesse contexto, deflagra-se nesta Casa um processo de *impeachment* com indisfarçáveis contornos farsescos. A frágil peça acusatória, de discutível sustentação jurídica, propõe depor a Presidente, legitimamente eleita, com base em manobras fiscais de uso recorrente por diferentes Governos, nas três esferas do Poder Executivo, e que até hoje, senhores, pasmem, embora criticadas e até mesmo condenadas, não haviam sido qualificadas como crime de responsabilidade.

Nunca é demais lembrar que o impedimento de um Presidente da República, previsto na Constituição, é um dos mais graves atos do nosso ordenamento jurídico, e que, por isso mesmo, esse recurso deve ser avaliado com muito cuidado, muito critério e utilizado apenas em casos extremos, sob o risco de violarmos um dos pilares da Constituição Federal, que é a soberania popular. (*Palmas.*)

Para piorar, senhores e senhoras que me assistem através da *TV Câmara*, Sras e Srs. Deputados, o processo é deflagrado num momento em que o ainda Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, que responde à ação penal no Supremo Tribunal Federal, não demonstra nenhuma vontade de dar celeridade a esse processo. (*Palmas.*) Um processo de impedimento da Presidente da República conduzido por um Deputado réu, investigado por corrupção e lavagem de dinheiro, desmoraliza a Casa perante o conjunto da sociedade e enxovalha a imagem do Brasil no mundo. (*Palmas.*)



Senhores e senhoras, tudo indica tratar-se de um jogo de cartas marcadas. Já se fala em acordos entre os partidos que defendem o afastamento da Presidente, para a montagem do Ministério de um futuro Governo. O próprio Vice-Presidente da República tem a audácia e o displante de se pronunciar como se a Chefe de Estado já estivesse afastada, num flagrante desrespeito à Câmara dos Deputados, que ele presidiu em mais de uma ocasião, e à soberania do mandato da Presidente e de cada um de nós, Deputados e Deputadas desta Casa, um desrespeito sobre o qual precisamos refletir e nos posicionar. Afinal nem sequer votamos ainda o *impeachment*.

Nesta hora grave, devemos pensar antes de tudo, senhores e senhoras, no interesse do nosso País e na preservação das conquistas do povo brasileiro, que custaram muito caro aos que sacrificaram a liberdade e a própria vida pela democracia, ainda incipiente, e hoje gravemente ameaçada.

É preciso ficar claro que não se trata de defender este ou aquele partido ou coalizão, não se trata de defender o Governo que aí está. É algo muito maior que está em jogo. Devemos estar à altura deste momento da nossa história e salvar, a qualquer preço, este precioso tesouro: a democracia e o Estado Democrático de Direito. (*Palmas.*) Precisamos pensar, senhores e senhoras, com muita responsabilidade, no legado que deixaremos para aqueles que virão depois de nós.

Por isso, voto “não” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. (*Palmas.*) E o faço junto com meus companheiros do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, que nunca transigiu, que nunca se omitiu, que esteve sempre na vanguarda na denúncia dos verdadeiros crimes que se cometem nesta Casa e fora dela contra o povo brasileiro.



Vamos ter responsabilidade e juízo na hora de decidirmos, no próximo domingo, uma questão fundamental, de grande interesse para a Nação brasileira, que está sendo acompanhada com críticas e expectativas por todas as nações democráticas do mundo, que lamentavelmente assistem a esta tragédia, cujas provas estão sendo dadas pelo Brasil através deste processo escuso, antidemocrático e infeliz que vivemos no País, sobretudo no Congresso Nacional.

Muito obrigado. *(Palmas.) (Manifestação no plenário: Fora!)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência...

(Plenário mostra faixa: Fora, Cunha! Fora, Cunha! Fora, Cunha!)

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que mantenham silêncio no plenário.

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nossa sessão precisa continuar. Neste clima nós não temos condições de ouvir os Deputados que vão à tribuna.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Solicito aos Srs. Deputados que mantenham o mínimo de silêncio no plenário.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência solicita novamente aos Srs. Deputados que mantenham silêncio no plenário, para que possamos continuar chamando à tribuna os Deputados inscritos.



(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Mais uma vez solicitamos aos Srs. Deputados que mantenham silêncio no plenário, para que possamos dar continuidade a nossa sessão. Há vários Deputados inscritos.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Srs. Deputados, vamos manter silêncio no plenário, para que possamos chamar os próximos Deputados. Há uma série de inscritos.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Abel Mesquita Jr., que falará pela Liderança do DEM, indicado pelo Líder Pauderney Avelino.

O SR. ABEL MESQUITA JR. (DEM-RR. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero declarar meu voto pelo Brasil. Meu voto é a favor de um Brasil melhor, mais unido, mais próspero e mais justo.

Falo em nome do povo de Roraima, tão distante do centro do País, tantas vezes esquecido, povo que enfrenta problemas tão particulares. Nós, mais do que ninguém, valorizamos a unidade nacional.

Meu voto é pela unidade do Brasil, um país continental.

Para somar forças a este Brasil grande, a este Brasil unido, Roraima precisa resolver alguns problemas urgentes. Precisamos superar, de uma vez por todas, o *apartheid* criado por uma corrente que bloqueia a BR-174.

Parece mentira, mas é verdade, Sras. e Srs. Deputados, a BR-174 é bloqueada com corrente das 18 horas às 6 horas da manhã. Os índios impedem o trânsito na área da reserva, isolando as pessoas que precisam se deslocar.

O Estado é cortado ao meio, e os roraimenses são separados de seus irmãos brasileiros. Roraima é o único Estado da Federação separado do Sistema Interligado Nacional de energia, porque ainda não foi concedida a licença para instalação da linha de transmissão que interligue o Estado a Tucuruí. Ficamos dependendo da energia da Venezuela, país caótico e imprevisível.

O último apagão em Boa Vista durou 12 horas. Um absurdo!

Sr. Presidente, é preciso ainda equacionar o grave problema social criado com a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. O Governo Federal se



ausentou, e agora os índios abandonam as terras e migram para as cidades. O destino dos indígenas fugidos das reservas é o abandono, problema social criado pela falta de planejamento.

O progresso de Roraima está ameaçado, o progresso do Brasil também está ameaçado, e a principal ameaça ao progresso é a falta do Governo e a divisão interna. Por isso, em nome de Roraima, eu voto a favor da integração nacional.

Meu voto é a favor do impedimento.

Viva o Brasil!

O SR. HÉLIO LEITE (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vou me ater, neste momento, a questões técnicas a respeito deste processo de *impeachment*.

Quero falar do Pará, meu Estado, que me remeteu para esta Casa. O Pará é um Estado progressista, com grande potencial mineral e, com certeza, merece do Governo Federal um respeito muito grande.

Quero fazer algumas comparações. Em detrimento dos investimentos feitos no meu Estado, foram feitos investimentos no exterior. Poderia ter sido construído no Município de Curuçá, no Estado, o porto do Espadarte, que tem um dos maiores calados do mundo. Em vez disso, foi construído um porto em Cuba, o porto de Mariel, com recursos do Brasil, com recursos dos brasileiros, com o nosso dinheiro, para ajudar um país do exterior.

Estas questões que trago à tribuna me deixam perplexo e triste, por perceber que o Governo Federal deixa de investir no Brasil para investir no exterior.

Posso dar outros exemplos, Sr. Presidente. O Governo do Estado do Pará está pedindo ao Governo Federal a cessão do trecho da BR-316 na Zona



Metropolitana do Estado do Pará, mas ele nega. Em compensação, meus amigos e minhas amigas, construíram um metrô na Venezuela, que não tem nada a ver com o nosso País nem com o nosso Estado.

Tudo isso me deixa triste, infeliz, porque percebo o descaso do Governo Federal com o nosso Estado e com o nosso País.

Quero dizer que, além das obras que acabo de citar, existem obras estruturantes como a duplicação da BR-316, de Castanhal a Santa Maria do Pará; a pavimentação da BR-155 e da BR-158; a construção da Ferrovia Norte-Sul, que poderia levar o progresso para nossa região; e a compactuação com o porto do Espadarte, que poderia levar minérios e grãos, promovendo o progresso do nosso Estado.

Tudo isso o Governo Federal se esqueceu de fazer, não quis fazer, em detrimento dos milhões de dólares que investiu no exterior. Tudo isso é importante para fazermos uma reflexão.

Eu venho aqui como representante do Estado do Pará, representante do Estado onde nasci, e confesso a V.Exas. que nada vai abalar o meu caráter e a minha estrutura. Enquanto eu estiver aqui, vou defender meu Estado, como defendo minha vida. Vou defender meu Estado e demonstrar que nada vai comprar este Deputado, nem proposta indecorosa, nem cargo no Governo Federal.

O que eu peço é a proteção de Deus! O que eu quero é levar benefícios para o meu Estado, o Estado do Pará. O que eu quero é defender este País como ele deve ser defendido. Defendo, acima de tudo, o progresso, a educação e a saúde.

Portanto, meus amigos, paraense que sou, alguém que tem orgulho de ser paraense, voto pelo *impeachment* e digo a V.Exas. algo muito importante: continuo amando e defendendo o meu Pará, acima de tudo. (*Mostra a bandeira do Estado do Pará. Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos agora ao tempo reservado ao Partido Social Cristão, na palavra do Deputado Takayama.

Antes, porém, gostaria de responder a questionamento feito na tribuna. Estariam sendo distribuídas novas credenciais para que pessoas de fora pudessem ocupar o plenário nesta tarde e no dia de amanhã. Esta informação não procede. Nós temos aqui a relação e o mapa das credenciais que foram distribuídas.

Portanto, faço este esclarecimento, em nome da Mesa Diretora da Casa.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Takayama, do PSC do Paraná. S.Exa. dispõe do tempo regimental de 3 minutos.

O SR. TAKAYAMA (Bloco/PSC-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, companheiro da Mesa Deputado Gilberto Nascimento.

Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção dos companheiros, já que tenho amigos tanto da Situação como da Oposição.

Eu vou dizer o que é golpe, meus amigos. Golpe é o Executivo querer governar o País sem o Legislativo.

Esta teoria vem da Europa, de um lugar que não merece muito crédito porque criou homens como Adolf Hitler. Falo da escola alemã do filósofo chamado Durkheim.

Durkheim dizia que o Executivo não precisava do Legislativo e que o Judiciário teria o Poder Legislativo. Esta teoria foi totalmente banida por todos aqueles que amam a democracia.

Sra. Dilma, o PSC tem um recado para a senhora. Sabe por que o País está rejeitando a senhora? A senhora sabe por que este Parlamento a está rejeitando? Aqui falo aos companheiros do PT, do PSC, do PMDB, de qualquer partido. Estou falando pela independência desta Casa!

Este Governo tem a vocação de caudilho. Ela queria usar a teoria de Durkheim, dessa escola alemã, para eliminar de vez a força do Legislativo. O Executivo tem que gerenciar o País, mas o Legislativo é o espelho da sociedade.

O Legislativo americano é de um jeito, o da Argentina é de outro. O Brasil tem um Legislativo forte. E os senhores são o retrato da nossa população.



Sra. Dilma, a senhora quis atropelar todo o Legislativo. A senhora se encontra nesta situação porque a senhora não quis ouvir o Legislativo. Quis dar uma de caudilho, e nós já percebemos isso no finalzinho do seu Governo, em 2014, quando a senhora quis implantar a Lei nº 8.234, que aqui queria implantar os conselhos populares, eliminando de vez este Legislativo.

Seria um tiro no pé, e o próprio Partido dos Trabalhadores percebeu isso. O PSOL percebeu isso. O PMDB percebeu isso.

Aqui não há bobo, não, Sra. Dilma!

Por isso, o Legislativo está dizendo “*Tchau, querida*”. A senhora quis governar o País, achando-se no direito de fazer o que queria. Não pode! Esta não é a teoria. Este não é um país qualquer, não! Estamos no Brasil, onde amamos a democracia.

Sras. e Srs. Deputados da Oposição e da Situação, se há corruptos, vamos, sim, senhores, combatê-los!

É por isso que existe o termômetro da sociedade chamado Legislativo, que alguns querem desmoralizar. Desde quando um Judiciário, com 11 membros, pode legislar em um país onde o Legislativo conta com mais de 500 Deputados?

Os Srs. Deputados são o retrato da sociedade! Nós somos o retrato da sociedade!

Este é o País que nós queremos deixar para nossos filhos. Não um país cujo modelo nossa líder quer tomar como modelo de democracia, um país no qual há mais de 40 anos não ocorrem eleições.

Não queremos conselhos populares, como também não queremos um Executivo querendo governar sem o Legislativo.

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passamos agora a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy, que falará pela Liderança do PSDB.

O tempo reservado ao PSDB é de 8 minutos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSDB Nacional e toda a sua bancada têm a enorme satisfação, uma honra muito grande e um orgulho extraordinário de passar a palavra à Deputada Mara Gabrilli, nossa representante no cenário brasileiro, respeitada e admirada por todos.

Portanto, Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., passo a palavra à Deputada Mara Gabrilli. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - S.Exa. falará no tempo do PSDB.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é fato já sabido que a Presidente Dilma cometeu as pedaladas e assinou decretos não autorizados por esta Casa. Isso é crime de responsabilidade. Portanto, há razão suficiente para que se dê andamento ao processo de *impeachment*.

Se tivermos uma visão um pouco mais alongada, mais aprofundada, vamos perceber que está sobrando crime: crime de responsabilidade, crime de responsabilidade eleitoral, crime de improbidade administrativa, crime de falsidade ideológica, crime de obstrução à Justiça, crime de desobediência, crime de extorsão.

O crime de extorsão. Nesse, o PT se aprofundou. Realmente, o PT aprendeu a fazer isso muito bem. Lá atrás, quando era Presidente do Conselho da PETROBRAS, a atual Presidente da República fez vista grossa para Pasadena e foi



ungida pelo seu criador, o então Presidente da República. Será que naquela época ela já não sabia das práticas bandidas e criminosas de que o PT se utilizava para arrecadar recursos para a campanha? Isso começou lá em Santo André. A prática bandida culminou no assassinato do Prefeito Celso Daniel.

Pois bem, a Presidente Dilma, ao saber disso, deveria ter sido vigilante e deveria ter querido saber sobre cada tostão que entrou na campanha dela, sobre qual era a origem. Mas ela não quis saber. Ela preferiu se aprofundar nessa relação promíscua com as grandes empresas. Ela mostrou que não estava bem-intencionada em relação a este País.

Aí, chega o Ministro Cardozo aqui para fazer a defesa da Presidente. Ele praticamente a destituiu do cargo de Presidente da República. Nas entrelinhas de sua defesa, ele caracteriza a Presidente como incapaz, como irresponsável.

Presidente Dilma, a senhora foi e é responsável, sim, por tudo o que fez a esta Nação. Vamos trazer as pedaladas para a realidade, porque a senhora está afastada da realidade. A senhora está trancada no Palácio, fazendo uma retórica vazia para ludibriar o povo brasileiro, mas vamos para a realidade!

Na realidade, mais de 60 milhões de brasileiros estão inadimplentes. Isso significa 40% da população. São mais de 50 bilhões de reais de dívidas! Sabe quem são essas pessoas? São as vulneráveis, aquelas que recebem de um a dois salários mínimos. Sabe quem faz parte desse universo? As pessoas com deficiência.

Sra. Presidente, eu falei olhando nos seus olhos sobre o porquê de eu entrar na política. Eu entrei na política por gratidão. Gratidão por tudo o que a minha família conseguiu fazer com que eu tivesse. Eu entrei na política por amor ao próximo, para fazer o bem, para ajudar as pessoas. Eu continuo com profunda gratidão, porque o



Brasil apostou em mim, apostou na minha força de trabalho, na minha força de transformação, mesmo sem mexer braços e pernas.

Sra. Presidente, eu vou dizer à senhora o que está acontecendo com a pessoa com deficiência neste País — prestem atenção, Deputados do Norte e do Nordeste deste País! Uma criança no Maranhão, por exemplo, demora 5 anos para receber uma cadeira de rodas do SUS. Ela fica fora da escola por 5 anos, e, quando a cadeira chega, não serve mais, é dinheiro jogado no lixo.

A senhora, Presidente, teve muito tempo para consertar isso. E vem com esse mantra mentiroso de Pátria Educadora? Com uma criança? Isso é crime contra a nossa Constituição. As pessoas com deficiência neste País têm que ferver sonda para fazer xixi, porque o sistema de saúde não a distribui. E elas ficam com infecção. O que vemos pelo Brasil — é o dia a dia do meu gabinete — são pessoas cheias de feridas, jogadas em uma cama, olhando para o teto, crianças, jovens e adultos que poderiam estar produzindo por este País.

Enquanto isso, seus correligionários devoram o Governo. E eu assistindo. Assistindo dia a dia a seus correligionários se lambuzarem, deslumbradamente, no banquete oferecido pelo Partido dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

Sabem o que aconteceu com as pessoas que têm deficiência visual neste País e que conseguiram chegar à escola? O material didático só chegou em outubro. E isso vem se repetindo ano a ano.

Sra. Presidente Dilma, eu tenho curiosidade por saber se a senhora acredita na senhora mesma. Não é possível que acredite.



Este Congresso tem a obrigação de trabalhar para devolver o Brasil aos brasileiros. E nunca, neste País, ser eleita pode ser escudo para corrupção e impunidade.

Portanto, Dona Presidente, a senhora deve desculpas a esta Nação, desculpas ao povo brasileiro!

Impeachment já! (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Depois da Deputada Mara Gabrilli, de São Paulo, que falou pelo PSDB, nós vamos agora à bancada do PSB, na qual estão inscritos o Deputado Tenente Lúcio e o Deputado Luciano Ducci.

Portanto, o tempo reservado ao PSB, de 6 minutos, está à disposição dos Srs. Deputados.

O SR. LUCIANO DUCCI (PSB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Meus caros brasileiros, paranaenses, curitibanos, meus eleitores, ocupo esta tribuna no dia de hoje para tratar, de forma objetiva, do meu posicionamento favorável ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Desemprego crescente, inflação em alta, juros absurdos, famílias endividadadas, medo do presente e desesperança em relação ao futuro. Esse é, de forma resumida, o contexto social em que o Brasil mergulhou de maneira vertiginosa.

A economia está comprometida, e o sanguessuga da corrupção seca as veias produtivas do nosso Brasil. E estão ligadas diretamente ao Governo Dilma Rousseff.

Ora, temos aí uma inversão de valores. A União existe para servir à sociedade, e não para dela se servir.

Uma pedalada fiscal é uma fraude, e fraude é crime. E esse crime, produzido a partir de uma ideia absolutamente errada de como gerenciar as contas públicas, associado a uma incapacidade de admitir e corrigir o erro, jogou um país inteiro — 200 milhões de brasileiros! — naquela que se anuncia como a pior recessão de toda a história do Brasil.



E eu pergunto: algum dos responsáveis por esse desastre histórico já se apresentou para pedir desculpas? É claro que não! A arrogância e a prepotência os impedem de fazê-lo.

Na área da saúde, os pacientes enfrentam filas e mais filas. Crescem juntas a insegurança e a criminalidade, pois os criminosos se sentem livres para agir. Lazer e cultura se tornam miragens no cotidiano da população. Sofre o comércio, mais empresas fecham, mais empregos são extintos. Por fim, cai a arrecadação e, com ela, a capacidade do Estado de oferecer serviços públicos dignos.

Quando um partido assume uma série de propostas para ganhar uma eleição, e depois, no poder, não as cumpre, comete outra fraude: uma verdadeira pedalada moral e intelectual.

Eu venho de Curitiba, a cidade da Operação Lava-Jato, orgulho de todos os brasileiros. A essa operação damos todo o nosso apoio, para além desse momento grave que estamos vivendo.

Vivemos todos sob uma mesma bandeira: verde, amarela, azul e branca. A ela nenhuma outra “cor” deve ousar tentar se sobrepor.

Eu tenho o pulso de quem me elegeu, porque jamais me afasto das minhas origens. Sei quem sou e para onde vou. Por isso, no domingo, vou votar “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Impeachment já!

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Tenente Lúcio, do PSB de Minas Gerais.



O SR. TENENTE LÚCIO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, meus amigos e irmãos brasileiros, é com grande pesar que subo a esta tribuna hoje, porque eu jamais quis ter que votar o *impeachment* de uma Presidente da República. Eu queria que no Brasil estivesse tudo bem na educação, na saúde, na economia, em todos os detalhes. Infelizmente, isso não está acontecendo.

Eu sempre prezei, durante toda a minha vida, a ética e a moralidade em relação ao nosso País e à minha vida, como patriota que sou, oriundo do Exército Brasileiro, onde fiquei por 10 anos. Hoje, não estou falando aqui simplesmente com os meus ex-soldados, estou falando com os meus irmãos brasileiros, em especial com os nossos amigos e irmãos mineiros.

Eu estou no meu sétimo mandato consecutivo: fui quatro vezes Vereador, duas vezes Deputado Estadual e, agora, estou no Congresso Nacional. Quando fui Vereador, eu já cobrava desta Casa, dos nossos representantes, que tomassem a decisão certa a respeito de todos os projetos polêmicos que analisávamos.

Agora a imprensa brasileira cobrou de todos nós Parlamentares uma conduta, a manifestação do nosso voto quanto ao *impeachment*: “sim”, ou “não”, ou indecisão. Mas, mesmo antes de haver o resultado da nossa Comissão do Impeachment, isso nos desagradava muito, porque eu não poderia jamais ser irresponsável.

Então, o que nós fizemos? Aguardamos a decisão dessa Comissão e ao mesmo tempo consultamos as nossas bases. Conversei, nas nossas Minas Gerais, com os nossos empresários, com os nossos trabalhadores, com os nossos



professores e alunos, e após tudo isso fizemos consulta aos nossos Prefeitos — mais de cem Prefeitos — e aos nossos Vereadores.

Hoje eu estou votando “sim”, pelo *impeachment*, depois de pegar a resposta das nossas bases.

Muito obrigado. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Pela Liderança do Partido Progressista, estão inscritos os Deputados Odelmo Leão e Roberto Balestra.

O SR. ODELMO LEÃO (Bloco/PP-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos veem e nos ouvem, subo a esta tribuna não com alegria, mas com a responsabilidade do momento.

Cheguei a esta Casa em 1991. Vivenciei aqui o primeiro *impeachment* de um Presidente brasileiro, o de Fernando Collor de Mello. Foi seu sucessor Itamar Franco, o idealizador do Plano Real, ao lado de Fernando Henrique Cardoso. Nesta Câmara, como Líder de bancada por 8 anos, ajudei a implantar o Plano Real, que deu ao povo brasileiro talvez a sua maior conquista: o poder de compra da moeda.

O que fizeram os Governos seguintes? Em vez de darem prosseguimento a essa modernidade brasileira, sucatearam a nossa indústria, o setor elétrico, o setor energético, o setor sucroalcooleiro, o setor petrolífero. Hoje, o País tem mais de 10 milhões de desempregados.

Sr. Presidente, o relatório do Deputado Jovair Arantes espelha toda a verdade do momento brasileiro. Vem consolidar esse relatório matéria da revista *ISTOÉ*, publicada na pág. 51 da edição de 6 de abril, intitulada: *Banco Central mostra a gravidade das pedaladas*. Foram utilizados 60 bilhões de reais por este Governo nas pedaladas praticadas por decreto, sem autorização.

Portanto, caros amigos brasileiros, caros amigos mineiros, amanhã estarei aqui trabalhando e votando a favor de um Brasil novo, de um Brasil justo. Eu voto pelo *impeachment!* (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Balestra, do PP de Goiás.



O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Sras. e Srs. Parlamentares, as minhas primeiras palavras são dirigidas ao nosso Presidente da Comissão que analisou a admissibilidade do processo de *impeachment*, o Deputado Rogério Rosso — eu o cumprimento pelo trabalho realizado, pela imparcialidade —, que, juntamente com o Deputado Jovair Arantes, nosso Relator, conseguiu apresentar a este Plenário, a esta Casa uma peça perfeita.

E aqui estamos nós, os Parlamentares, para dar prosseguimento ao que a Comissão Especial conseguiu realizar. Os Parlamentares da Oposição, os Parlamentares da Situação, aqueles que acusam o Governo, aqueles que defendem o Governo, todos já tiveram a oportunidade de apresentar os mais variados argumentos, pela defesa e pela acusação.

Eu participei da Constituinte e assisti à chegada do PT, quando já era liderado pelo hoje ex-Presidente Lula. Nessa ocasião, usaram de todos os artifícios, fizeram acusações a todos os Parlamentares que não compunham com eles aquele momento da história.

O ex-Parlamentar Lula continuou sua trajetória, candidatou-se por diversas vezes a Presidente, não logrando êxito em algumas das eleições, até que chegou à Presidência da República. Lamentavelmente, começou uma nova história no Brasil, onde coisas começaram a acontecer.

Hoje, sob o comando da Presidente Dilma, o Brasil começa a se levantar, o Brasil começa a dizer a nós Parlamentares que não permite mais que este estado de coisas continue, que não permite mais que a população seja enganada.



O que mais me machuca em todo este processo é exatamente ouvir daqueles que mais erraram, daqueles que mais ofenderam os brasileiros, que nós que votamos pelo *impeachment* estamos dando um golpe na Nação brasileira, estamos dando um golpe na política brasileira.

Não posso aceitar isso! Não posso admitir isso! Creio que esta Casa, de cabeça erguida, não irá permitir que sejamos tratados como golpistas.

Nós estamos aqui defendendo a legalidade. Nós estamos aqui defendendo o Estado de Direito do povo brasileiro, por não concordar com as coisas erradas que estão sendo feitas contra o Brasil.

Vamos votar pelo *impeachment*! Não é de hoje, há muito tempo nós estamos nos manifestando nesse sentido. Deixamos de votar com o Governo porque não concordávamos com os procedimentos que ele estava adotando.

Companheiros, o povo brasileiro espera uma posição de cada um de nós. Esta Casa é a representação do povo. O Senado é a representação dos Estados. Nós é que temos que aprovar, aqui, o pedido de *impeachment*, para que o Senado, então, possa referendar o que decidirmos.

Vamos ao *impeachment*, hoje, agora e sempre! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

S.Exa., que representa nesta Casa o Estado de São Paulo, tem o tempo regimental de 4 minutos.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população brasileira que acompanha esta sessão, nós estamos cumprindo a Constituição, sim. Mas quem jurou com a mão sobre a Constituição e não a cumpre no seu art. 85 não merece continuar na Presidência da República.

Sem essa de conversa de golpe! O momento é de acabarmos com essa vergonha que existe em nosso País, uma vergonha que o povo não aguenta mais. É uma vergonha a fraude aplicada contra o povo nas eleições. São uma vergonha os crimes eleitorais praticados por Dilma e Lula. É uma vergonha a roubalheira praticada por este Governo, pelo PT e seus puxadinhos no mensalão, no petrolão, no BNDES, nos Ministérios. É uma vergonha a tentativa de impedir o Judiciário de agir, fazendo uma nomeação vergonhosa do criminoso Lula, para tentar safá-lo da Justiça Federal e das mãos do Juiz Sérgio Moro. É uma vergonha a situação de desemprego em que se encontra a população. É uma vergonha o caos na saúde, com milhares de pessoas morrendo nas portas dos hospitais. É uma vergonha a criminalidade no País, onde 60 mil pessoas são mortas, onde se matam mais policiais em relação ao resto do mundo, onde 500 irmãos policiais são sacrificados por ano e nada se faz. É uma vergonha o desrespeito às manifestações populares. É uma vergonha não respeitarem milhões de pessoas que um dia disseram: *“Fora, Dilma! Renuncie! Pare com essa vergonha!”* É uma vergonha este Governo e os



Deputados que o apoiam. É uma vergonha ver o que o povo está gritando nos hotéis, nos aeroportos, nos restaurantes: “*Corruptos! Ladrões! Safados! Canalhas!*” É isso o que o povo que está gritando.

Quero dizer que é duro falar de vergonha com quem não tem vergonha na cara. Como vamos falar-lhes de vergonha? Eles não têm vergonha de roubar, não têm vergonha de enganar, não têm vergonha de mentir. Eles não têm vergonha de vir à tribuna do povo para defender canalhas, bandidos, assassinos dos ideais da Nação.

Quero aproveitar os últimos instantes de que disponho para dizer que estou aqui pela vontade da população de São Paulo. Sou um exemplo do sonho do pobre brasileiro. Fui um menino sonhador na pequena Presidente Venceslau — esquecida Presidente Venceslau. Aprendi os valores sociais e humanos na minha casa.

Meu pai, neste momento, está em uma cama de hospital e não consegue mais acompanhar o meu raciocínio, por isso peço à minha mãe e ao Celso que lhe deem um beijão e digam que eu estou fazendo o que ele me ensinou.

Depois eu fui para a Polícia Militar, onde fiquei por 29 anos, defendendo a sociedade. Por isso, digo aos meus irmãos militares que vou cumprir o meu juramento.

E digo à minha família, a minha esposa Cláudia e os meus filhos Fernando e a Mariana: não se envergonhem do esposo e do pai! Eu não sou golpista!

Impeachment já! (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Neste momento, nós abrimos a palavra ao PROS, que disporá de 1 hora.

Concedo a palavra ao Deputado Eros Biondini, de Minas Gerais.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, amigos que nos acompanham pelos meios de comunicação, querido povo brasileiro, gostaria de iniciar o meu pronunciamento citando duas passagens da Palavra de Deus.

A primeira passagem, do livro do Êxodo, diz: *“Eu vi o sofrimento do meu povo, ouvi os seus clamores e decidi libertá-lo”*. A segunda passagem, da carta de Paulo ao jovem Timóteo, diz: *“A raiz de todos os males é o amor ao dinheiro. Por se entregarem a ele, muitos se desviaram da fé e hoje se afligem com inúmeros sofrimentos”*. Hoje o povo está clamando e nós estamos vendo muitas pessoas aflitas.

Eu não sei, Sr. Presidente, se todos aqui conhecem a minha história, portanto, eu contar um pouco dela. Há 27 anos, em um sábado como este, em uma festa de aniversário, eu fiz uso de tanta droga que quase morri. Tive taquicardia e alucinações. Mas, graças a Deus, não apenas sobrevivi como também me libertei para sempre daquele vício das drogas. Aquela situação crítica por que passei me fez despertar. Nos momentos críticos da nossa vida, precisamos tomar decisões.

A partir daí, por ter tido a chance de começar uma vida nova, fiz da missão de restaurar vidas o meu sentido de viver. Junto à Canção Nova, à Renovação Carismática Católica, à Nova Aliança, ao Mundo Novo e a tantos outros movimentos, doeí minha vida e minha juventude a essa causa, como também o fizeram o Deputado Flavinho, da Canção Nova, e o Deputado Diego Garcia, que estão aqui. E



eu me dediquei, sem cessar, a ajudar outros jovens a se recuperarem também, aliviando o coração aflito de tantas mães.

Nesses anos todos, Sr. Presidente, eu tive a alegria de encaminhar para a recuperação milhares de pessoas, homens e mulheres que deixaram as drogas. Na minha equipe mesmo, há cinco ex-dependentes do *crack* que chegaram a morar nas ruas da minha cidade de Belo Horizonte e hoje, graças a Deus, estão totalmente recuperados.

Mas eu também já chorei, em muitos velórios, a morte de amigos meus e de filhos de tantos pais. Famílias perderam seus entes queridos por causa da droga. Já visitei muitos jovens em presídios, que foram presos por causa das drogas.

Nesses 10 anos de vida pública como representante do nosso povo, especialmente aqui nesta Casa, lutei muito para convencer o Governo da importância de se investir, de verdade, no combate às drogas e na recuperação dos dependentes químicos — hoje, no nosso Brasil, somam mais de 20 milhões de pessoas dependentes de alguma droga.

As comunidades terapêuticas que acolhem e recuperam os nossos jovens fazem isso sem praticamente nenhum apoio. E, por mais que essas comunidades tenham vocação e metodologia para tratar dos dependentes, é obrigação do poder público custear esse tratamento.

Eu sempre indaguei o porquê de não haver investimento. Eu sempre questionei isto: por que a resposta é sempre a de que não há dinheiro para ajudar essas famílias a livrarem seus filhos das drogas? Nós sabemos que não existe uma família no Brasil que possa dizer: *“Isso passa longe de mim!”* Duvido que alguma família que hoje esteja nos assistindo possa dizer: *“Jamais o meu filho, o meu*



sobrinho, o meu vizinho vai ter algum contato com drogas!” Eu sei que 100% das nossas famílias passam pelo medo desse flagelo atualmente.

Portanto, quando eu sempre indagava o porquê de não haver investimento na recuperação desses jovens, sucessivamente obtinha a resposta: *“Não há recurso. Não há orçamento. Não há dinheiro para investir nessa recuperação”*. E hoje todos nós sabemos a razão de não haver dinheiro: ele está sendo mal utilizado numa estrutura gigantesca da máquina pública, e, pior, está sendo roubado por criminosos que assaltaram não apenas a nossa PETROBRAS, mas também tantas outras estruturas e órgãos do Brasil. Por isso, é claro, não sobram recursos para salvar vidas. É claro que não sobram recursos, porque foram gastos em pagamento de propinas e em investimentos suspeitos em outros países, enquanto nós sofremos aqui no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional e da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, da qual faço parte, são 513 Parlamentares que compõem esta Câmara. Nenhum de nós, querido povo brasileiro, está feliz com este momento do Brasil. Nenhum de nós sente prazer ou alegria em votar um processo de *impeachment*. Porém, mais triste está a nossa sociedade, o nosso povo, que acorda cedo e dorme tarde, que trabalha como louco, que vê seu salário sendo desvalorizado pela inflação, que vê o aumento dos preços de energia, de gasolina e dos demais produtos, que paga os impostos mais caros do mundo.

O nosso povo já sofreu demais! O nosso povo não aguenta mais essa situação! Ou paramos essa sangria agora ou vamos condenar as próximas gerações a total privação de atendimento a suas necessidades básicas.



Hoje é colocada diante de nós esta decisão: ou continuamos com essa estrutura que nos colocou nessa situação ou damos um basta em tudo isso e proporcionamos ao Brasil um novo tempo e um futuro melhor. Sabemos que será difícil reconstruir o nosso País, mas temos que dar essa chance e essa oportunidade às nossas famílias e à nossa sociedade.

Sr. Presidente, eu sei que, quando homens e mulheres de bem divergem, prevalece o respeito e o amor fraterno. Sei que é possível divergir para reconstruir depois, com boa vontade.

Quanto a mim, não vou me omitir, não vou me acovardar e nem sequer tapar os ouvidos ao clamor do nosso povo, pois está escrito na Bíblia: *“Eu vi o sofrimento do meu povo, ouvi o seu gemido, o seu clamor e decidi libertá-lo”*.

Quando eu, o Deputado Diego Garcia, o Deputado Flavinho, da Canção Nova, e outros milhões de jovens estivemos com o Papa Francisco e tivemos a honra de cantar para Sua Santidade, nós escutamos dos lábios dele a seguinte exortação: *“É obrigação do cristão envolver-se na política. Não podemos fazer como Pilatos e lavar as mãos. Não podemos. Nós reclamamos de como está a política, mas o que temos feito para mudá-la?”*

Por isso, Sr. Presidente, nobres e queridos colegas, eu voto “sim” ao processo de *impeachment*. Eu o faço para que tenhamos uma política limpa, digna, que filtre, em qualquer partido ou instância, pessoas vocacionadas a servir, sem privilegiar um ou perseguir outro. Eu o faço com a responsabilidade de pai, de filho, de representante do povo. Eu o faço pelo amor que tenho ao Brasil, ao meu Estado de Minas Gerais, aos 853 Municípios que nos acompanham. Eu o faço pelo amor que tenho à minha cidade natal, Belo Horizonte, onde crio a minha família.



A cada dia, chegam ao meu gabinete dezenas de currículos de pais de família desempregados, pedindo, pelo amor de Deus, uma oportunidade de trabalho. Eles querem colocar o pão na mesa dos seus filhos, mas estão desempregados. Vários comerciantes da minha cidade de Belo Horizonte, que sobrevive principalmente do comércio e do serviço, dizem que vão fechar suas portas e demitir dezenas de empregados.

Portanto, por amor à minha cidade, que chora e sofre as consequências desses desmandos; por estar de acordo com o parecer do Relator da Comissão Especial do Impeachment, tão bem conduzida pelo Presidente Rogério Rosso; por estar de acordo com o relatório do Deputado Jovair Arantes, eu voto “sim”, pela admissibilidade do processo de *impeachment*. E peço a cada um dos Deputados e Deputadas que estão aqui e que deixarão seus nomes marcados na história que votem da mesma forma.

Peço que Deus abençoe o nosso Brasil. E, como Deus age na consciência de cada homem e de cada mulher, peço que Deus abençoe a decisão de cada um de nós, decisão que ninguém pode tomar por nenhum de nós, pois somos responsáveis pelos atos que realizamos.

Que Deus abençoe o nosso Brasil! “Sim” ao *impeachment*. (Palmas.)

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, esta é, sem dúvida nenhuma, uma semana histórica para o Brasil, uma semana de decisões.



Tive a oportunidade de presidir a sessão nessa madrugada, por quase 12 horas, o que muito me orgulha, pois espero que a juventude venha a fazer o diferencial neste País.

Subo a esta tribuna com a responsabilidade de representar o meu Rio de Janeiro, Estado pelo qual fui eleito para o meu terceiro mandato consecutivo, com mais de 105 mil votos. Represento os 92 Municípios daquele grande Estado, do qual tanto me orgulho.

Quero bater no peito e dizer que não tenho rabo preso com este Governo Federal, nem com o Governo que passou, nem com o Governo do meu Estado, nem com qualquer Município ou qualquer Prefeitura. Por isso, eu tenho a liberdade de votar com os meus eleitores, com a população do Brasil e do Rio de Janeiro.

Quero dizer que não vou compactuar com este Governo corrupto, que editou, acima de tudo, vários decretos não autorizados, o que sinaliza crime de responsabilidade, conforme comprovado pelo TCU e por juristas renomados. Não vou compactuar com os males desse Governo e com os vícios dessa política completamente ultrapassada.

A nova geração tem a obrigação de representar e de mudar este País. Hoje o PT deveria ter vergonha pelo que houve aqui, durante a semana: tentativas de barganha e troca de voto. Não irei decepcionar o meu Município de Nova Iguaçu, o meu Estado do Rio de Janeiro e o Brasil compactuando com esse balcão de negócio, que não podemos mais aceitar numa sociedade em que buscamos o futuro da Nação.

É um absurdo o Governo, devido aos seus interesses, não liberar as emendas impositivas do Orçamento — que hoje são obrigatórias — para a saúde, para a



educação, para a segurança. Ele segura essas emendas, aproveitando para barganhar as promessas de campanha e não liberando recursos para a nossa cidade, recursos para a saúde.

Houve estelionato eleitoral, venda absurda de votos, balcão de negócios com a nossa PETROBRAS. Este Governo quebrou a maior empresa do Brasil com o uso indevido de caixa dois. O marqueteiro que foi preso fazia campanha de coisas que não existiam, escondendo a realidade do povo brasileiro. Houve obstrução da nossa Justiça, ao quererem que fosse nomeado para Ministro o ex-Presidente da República. Nós não podemos compactuar com isso!

A nova geração tem, neste momento, a responsabilidade muito grande de construir um novo país. Eu não irei aceitar o que nós estamos observando no nosso Brasil: crise econômica; volta da inflação; má situação das nossas indústrias, que estão pedindo de socorro; alto índice de desemprego do povo trabalhador.

Mais de 10 milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil. Não há oportunidades, não há vagas no mercado de trabalho. A imagem do País está completamente desgastada. A autoestima do povo brasileiro está baixa. Isso é inadmissível!

Hoje nós queremos resgatar o investimento no nosso País. E, acima de tudo, nós queremos resgatar este País, que estava quebrando, estava indo para o fundo do poço. Isso é inaceitável! *(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT!)* Nós precisamos resgatar o País dessa crise moral e ética, dando um exemplo nesta semana tão importante para o povo brasileiro que acompanha a sessão neste momento.



Nós não vamos aceitar que o PT leve o nosso País à falência! Não vamos aceitar!

Eu quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o povo brasileiro, que muito me orgulha por acreditar — através da sua fé, através da sua luta, através da mobilização, indo para as ruas — que é possível, sim, nós voltarmos a crescer, nós termos maturidade, como vem acontecendo hoje com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, que estão funcionando acima de tudo.

Quero alertar e “abrir a cabeça” dos Parlamentares: desenvolvam a sua consciência, não envergonhem seus filhos, seus pais! Seus familiares poderão ter vergonha de ir para a rua em função do voto que derem! Nunca! Nunca! Não manchem a sua história! Quem fizer isso vai ser considerado covarde! Não façam isso! A população brasileira não aceita isso! Vamos pensar em nossas famílias!

Sras. e Srs. Deputados, reflitam sobre o tipo de país que V.Exas. desejam. Que Brasil nós queremos? Queremos um Brasil melhor, um Brasil mais ético, um Brasil sem corrupção.

Eu já tenho a minha decisão conscientemente acertada. Seguindo o recado da população brasileira, eu quero *impeachment* já! Eu quero *impeachment* já!

Eu assumi no Rio de Janeiro, há 1 mês, a presidência regional do meu partido político, o PROS, com muito orgulho. Que tipo de direcionamento eu quero dar neste momento em que nós estamos filiando a juventude? Nós precisamos dar o exemplo. Nós temos que sonhar, acreditar e ter esperança, com a cooperação de todos. E é justamente disso que eu quero falar a V.Exas.

Eu tenho um sonho. E nesse sonho, eu acredito, como a população brasileira também há de acreditar, que nós vamos reconstruir o nosso País. Acredito que nós



vamos retornar o emprego à população brasileira, esse povo sofrido, mas guerreiro e trabalhador, que quer uma oportunidade. Vamos, sim, voltar a ter uma economia sólida. Vamos resgatar a dignidade da população e o orgulho de dizer: *“Nós somos brasileiros”*.

Não vamos nos curvar e abaixar a cabeça para uma meia dúzia de pessoas que não têm comprometimento com a nossa Nação. Vamos dar um basta à corrupção e dizer que este Governo acabou. Vamos exercer o nosso patriotismo.

Por isso, na data de hoje, com muita consciência, eu levo esta mensagem a cada um de vocês: votem com respeito, votem com o seu pensamento e com a cabeça erguida! E, ao voltarem para os seus lares e se encontrarem com seus familiares, poderão dizer *“Eu ajudei a fazer deste Brasil em que a gente acredita um país cada vez melhor, jogando para fora quem, através de propagandas, está destruindo o nosso País, o que não queremos”*.

Meu muito obrigado a toda a população, a todos os meus amigos, àqueles que sempre acreditaram no nosso trabalho, aos meus eleitores, ao meu Estado do Rio de Janeiro, à minha querida Baixada Fluminense, à minha cidade de Nova Iguaçu. Não irei decepcioná-los! Continuarei honrando o meu mandato como sempre fiz: com transparência, olhando nos olhos da população, olhando no olho de qualquer pessoa deste País.

Vamos construir, direcionar e resgatar este País.

Eu vou voltar para o meu lar, olhar para o meu filho de 7 anos de idade e dizer: *“Meu filho, você será fruto do País que vamos construir daqui para frente”*. Vamos esquecer esse passado de pessoas inescrupulosas, de vermes, de um



partido que só pensa em se manter no poder a qualquer custo. E vamos, sim, ser solidários e humanos, pensar no próximo e fazer diferente.

Eu amo este País. E é este País que eu vou honrar na Câmara dos Deputados. *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

Viva a vitória! Viva o *impeachment!* Por um futuro cada vez melhor e mais próspero para a juventude do Brasil, que não acredita mais na política!

Nós jovens, como eu, a Deputada Mariana Carvalho, o Deputado Rafael Motta e tantos outros que acreditam no País e colocaram a melhor fase de sua vida na política — como eu coloquei, entrando nesta Casa aos 26 anos de idade —, vamos dizer: *“Vale a pena, sim, participar da política!”* Colocaram na cabeça do jovem que não vale a pena discutir política e religião. Não vale a pena por quê? Porque muitas vezes esses espaços são preenchidos por pessoas que não têm nenhum tipo de comprometimento com o nosso País.

Futuro já! Viva o *impeachment!* Vivam dias melhores!

Eu acredito nisso. Venham conosco!. Vamos fazer um futuro melhor para toda essa geração que espera desta Casa, dos 513 Deputados, responsabilidade, dignidade e direcionamento neste que vai ser um dos fins de semana mais importantes do nosso País.

Não vamos decepcionar a Nação, que está lá fora, esperando coragem de cada um de V.Exas. Olhemos para frente! Vamos construir um Brasil melhor! Que Deus continue a nos dar força e nos dê a vitória! *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

Um abraço a todos!



O SR. ODORICO MONTEIRO (Bloco/PROS-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, brasileiros e brasileiras, minhas primeiras palavras dizem respeito à democracia. Eu vivi minha infância e adolescência durante a ditadura militar e, como estudante, lutei contra ela. Tenho dois filhos, Daniel e Sofia, que leram sobre a ditadura. Espero que só conheçam golpe e ditadura pelos livros.

Fico muito preocupado porque aqui estamos discutindo a situação de uma Presidenta honesta, que foi inclusive torturada pela ditadura. Nós temos que ter muita clareza de que a democracia, sem dúvida nenhuma, é um grande legado do século XX e do século XXI.

Nós somos um país jovem, que vai fazer 516 anos neste 22 de abril.

(Tumulto no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ODORICO MONTEIRO - Somos um país que teve toda sua formação histórica centrada em uma colonização escravocrata das mais perversas do hemisfério sul; somos um país que constituiu sua moral e sua formação sob os valores da casa grande e da senzala. Essa colonização escravocrata produziu valores autoritários durante toda a nossa história.

Nós temos 516 anos e só 30 de democracia. Sem dúvida nenhuma também faço parte de uma geração que construiu essa democracia, porque participei da construção do Sistema Único de Saúde, um dos valores e dos legados mais importantes da Constituição de 1988.

Sras. e Srs. Deputados, é muito importante que nós entendamos que a Constituição de 1988 permitiu ao Brasil que desse início à construção do Estado do



bem-estar social, que no ocidente se originou após a Europa ter vivido as duas guerras mundiais. O Brasil está construindo, de forma tardia, um Estado de bem-estar social, e sem dúvida nenhuma isso só foi possível com a Constituição de 1988.

Eu faço parte de uma geração de nordestinos que vivenciou nesses 30 anos de democracia o antes e o depois de 2003. Eu me orgulho de defender os legados dos Governos Lula e Dilma para o Nordeste. Por quê? Porque faço parte de uma geração que conheceu a indústria da seca, que conviveu com cidades sendo invadidas e saqueadas pelos flagelados da seca, que vivenciou a indústria da seca produzida pelos coronéis do Nordeste.

Mas também faço parte de uma geração que está vivenciando 5 anos de seca no Nordeste sem nenhuma cidade saqueada. O Nordeste está vivendo 5 anos de seca...

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ODORICO MONTEIRO - O Nordeste está vivenciando 5 anos de seca, e nós estamos garantindo a redução da mortalidade infantil; o Nordeste está vivenciando 5 anos de seca, e nós estamos garantindo a redução da mortalidade materna; o Nordeste está vivenciando 5 anos de seca, e já está em Pernambuco, e deve chegar até o final do ano ao Ceará, uma das obras mais importantes para o Nordeste brasileiro, a transposição do Rio São Francisco, onde há hoje 10 mil homens trabalhando.

Esses que estão pedindo o *impeachment* com certeza são contra a transposição do São Francisco, porque não querem ouvir a verdade; esses que estão pedindo o *impeachment* não querem reconhecer os ganhos da sociedade



brasileira; esses que estão pedindo o *impeachment* preferem o golpe à democracia. Por isso, eu gostaria que ouvissem a verdade.

Nós temos a bancada nordestina como testemunha de que há mais de 150 anos o Nordeste pede a transposição. Aqui, Deputada Mariana, há pessoas que vivenciaram, como eu, uma geração de flagelados, e hoje nós temos os Programas Água para Todos, Luz para Todos e Bolsa Família, que garantem a microeconomia em muitas cidades do Nordeste.

Mais do que isso, tenho orgulho de ter sido um dos construtores do SUS e implantado o Programa Mais Médicos, por meio do qual hoje com certeza as populações de Rondônia, do Amapá, do Acre, da Ilha de Marajó, do Semiárido nordestino, da periferia das grandes cidades brasileiras têm assistência médica para diabéticos, hipertensos, e houve a redução da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Isso é legado dos Governos Lula e Dilma.

Eu fico muito à vontade, porque nesses 20 anos fui gestor do SUS: de 1989 a 1992 fui Secretário Municipal de Saúde de Icapuí, no Ceará; de 1993 a 1996 fui Secretário Municipal de Saúde de Quixadá, no Ceará; de 1997 a 2004 fui Secretário Municipal de Saúde de Sobral, no Ceará, quando era Prefeito o ex-Governador Cid Gomes; de 2005 a 2008 fui Secretário Municipal de Saúde de Fortaleza, quando era Prefeita nossa colega Deputada Luizianne Lins.

O que eu quero dizer com isso, Deputado Ronaldo? Que eu tenho o testemunho do que foram os Governos antes de 2003 e do que foram os Governos Lula e Dilma para o Sistema Único de Saúde.



Eu quero dizer aqui o que representou para milhões de desdentados brasileiros o Centro de Especialidade Odontológica — CEO, implantado em 2000.

(Manifestação no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ODORICO MONTEIRO - Eles não querem ouvir. Eles são golpistas! Eles não querem ouvir, mas vão ter que reconhecer a verdade.

O que representou para o Brasil, para milhões de brasileiros, o Centro de Especialidade Odontológica? Eu tive a honra de inaugurar, juntamente com o Presidente Lula, o primeiro centro em Sobral em 2004.

O que representou para o Brasil o avanço na saúde mental...

(Manifestação no plenário: Ai, ai, ai, ai, está chegando a hora...)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ODORICO MONTEIRO - Os golpistas estão animados.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, garanta a palavra ao Deputado que está na tribuna! Isto aqui não é um circo! V.Exa. tem que garantir o silêncio, para que o Deputado que está na tribuna possa falar. Garanta a palavra ao Deputado que está na tribuna!

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pode continuar, Deputado.

O SR. ODORICO MONTEIRO - A turma do golpe amanheceu animadíssima. Isso é porque eles estão prevendo a derrota.

Eu quero falar, Sr. Presidente, sobre o que as UPAs representam para milhões de brasileiros, para os cariocas. O Rio de Janeiro foi o Estado que iniciou as



UPAs e, com elas, o SAMU. Com sua implantação pelo Presidente Lula em 2005, milhões de brasileiros que eram acidentados e que ficavam doentes em casa podem dispor do SAMU. E quero aproveitar para saudar os “samuzeiros” do Brasil, os trabalhadores e trabalhadoras do SAMU, que estão à disposição do povo brasileiro 24 horas. Isso eles não querem reconhecer, porque querem o golpe no tapetão.

Quero aproveitar também para dizer que este processo é golpe, porque *impeachment* sem crime é golpe. E por que é golpe? Porque nós não temos crime de responsabilidade no processo.

Aproveito ainda para me dirigir aos 5.570 Prefeitos do País, aos que em 2016 vão disputar uma eleição para dizer que, com a jurisprudência produzida neste julgamento, qualquer Prefeito que perder a eleição por 300, 50, 10, 2 votos e não tiver maioria na Câmara não poderá ser o ordenador de despesas do seu orçamento, nesses 20 anos, rotina na gestão pública. Quando o Legislativo sanciona o Orçamento, autoriza que o Chefe do Poder Executivo possa fazer decretos não numerados para remanejamento dentro da peça orçamentária, seja para crédito suplementar, seja para contingenciamento. Isso é rotina no serviço público. Isso não é crime de responsabilidade.

O que há na realidade é uma crise política estrutural produzida pelo fato de a Presidenta da República ter perdido sua base na Câmara. Mas isso não é motivo para *impeachment*. Por isso eu voto contra o *impeachment*. Entendo que essa vai ser a tese vitoriosa aqui amanhã.

Sras. e Srs. Deputados, nosso grande desafio, a partir de segunda-feira, é construir uma agenda nacional que aponte para o diálogo, para a esperança, para que possamos voltar a crescer e distribuir renda, com ampliação das políticas



sociais. Nós precisamos de união nacional. Nós precisamos construir e repactuar o País a partir de segunda-feira porque com certeza o *impeachment* não passará.

Essa agenda tem que produzir diálogo e esperança, para que possamos unir o País, construir uma grande concertação nacional e continuar crescendo, distribuindo renda e incluindo milhões de brasileiros no ensino superior, com expansão do ensino técnico, nas universidades, na formação profissional, no emprego. Além dos mais de 30 milhões de empregos que foram gerados nos últimos 13 anos, que possamos continuar produzindo emprego para nossa juventude e para as próximas gerações.

Por isso, em nome do povo brasileiro, dessa unidade e da esperança, eu vou votar contra o *impeachment*. (Palmas.)

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas deste País que nos assistem neste momento, minha fala de hoje neste espaço do nosso partido é para fazer uma reflexão. Eu queria chamar a atenção dos Deputados, das Deputadas e daqueles que estão nos assistindo e fazer uma reflexão sobre os eleitores desse processo.

Senhoras e senhores, amanhã estaremos decidindo o destino de nossa Nação; Sras. e Srs. Deputados, amanhã nós seremos eleitores aqui, estaremos votando, fazendo uma escolha.

Nesta reflexão, eu queria dizer às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que as instituições menos bem avaliadas, ou seja, mais rejeitadas pela população, são os partidos políticos e o Congresso Nacional.

Não é possível que num momento como este, quando a Nação brasileira está ferida, chorando pela crise instalada, nós Deputados e Deputadas viremos mais uma



vez as costas para a opinião pública e para as ruas e digamos “não” ao nosso País. Eu queria chamar a nossa atenção para este momento.

Senhoras e senhores, na Bíblia Sagrada há uma história bonita, mas lamentável: quando Jesus Cristo escolheu 12 discípulos, entre eles havia um chamado Judas. Ele tinha um preço e vendeu Jesus por 30 moedas de prata.

Eu queria deixar um alerta, um questionamento e uma reflexão: quem serão os Judas do Congresso Nacional? Onde estão os Judas do Congresso Nacional que trairão a população brasileira e suas bases e que estarão se vendendo?

É bom que seja dito aqui quantos faltarão amanhã. O que está se perguntando dentro desta Casa é exatamente isto: quantos faltarão? Quantos não virão amanhã fazer sua escolha? Nós teremos Deputados e Deputadas que dirão “sim” e outros que dirão “não”. E aqueles que não virão, quantos serão? Essa é uma reflexão que quero fazer.

Sras. e Srs. Deputados, vamos aproveitar este momento para ver se conseguimos dar mais brilho a esta Casa e aos nossos mandatos. A população está de olho no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. Nós não podemos trair aqueles que foram às urnas em 2014 para nos escolher.

Sras. e Srs. Deputados, nas campanhas políticas que fazemos, quando encontramos aqui ou acolá um eleitor que quer tirar vantagem, que quer um lucrozinho na campanha, nós ficamos revoltados, tristes, chateados. Agora somos eleitores. Amanhã faremos escolhas. De que lado estaremos? Escolha um lado, mas seja fiel a sua base, seja fiel a sua palavra, seja fiel a sua escolha.

É óbvio, é claro, está palpável, está visível, Deputado Gilberto Nascimento, que o Brasil não está dividido. O Brasil não está dividido. As ruas não estão



divididas. O Brasil já fez a sua escolha. Está claro que a Nação brasileira está querendo o *impeachment*. Isso está claro. O Brasil, a Nação brasileira, o mercado está esperando isso. O mercado está esperando a segunda-feira. Como vai ser segunda-feira?

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, eu faço este apelo: vamos refletir sobre isso. O nosso voto é importante para dar direcionamento à Nação; o nosso voto será muito importante para mostrar à população que nesta Casa há homens e mulheres sérios, que não se vendem e que não vão deixar de vir votar por causa desta ou daquela vantagem.

O que estamos ouvindo nos bastidores é que há muita conversa. Atenção, Polícia Federal! Seria muito interessante... A Polícia Federal é um órgão respeitado nesta Nação.

Este é o momento de mostrar ao Brasil que os políticos não são vendáveis. Político corrupto é eleitor comprado, vendido. Espero que nesta Casa, Sras. e Srs. Deputados, nós possamos mostrar a cara à população sem medo de errar, fazendo a escolha certa para o nosso País. E a escolha certa para o nosso País é amanhã votar “sim”, pelo *impeachment*, votar “sim”, pelo relatório do Deputado Jovair Arantes, porque estou convencido de que houve crime de responsabilidade. E, se houve, temos que julgar, escolher um lado e dizer ao Brasil que, se houve crime de responsabilidade, não estamos cometendo golpe nem agindo contra a democracia.

Nada mais lindo e maravilhoso do que a democracia que estamos vivendo neste momento no País e nesta Casa. A democracia não está sendo ferida, a democracia não está sendo machucada, a democracia não está sendo rasgada; a democracia está sendo valorizada neste momento.



Portanto, pela democracia do nosso País, pela Constituição do nosso País, pelas leis do nosso País, eu voto “sim”, pelo *impeachment*. (Palmas.)

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para uma Comunicação de Liderança, Deputado Carlos Gomes, pelo PRB.

O SR. CARLOS GOMES (Bloco/PRB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gaúchos, brasileiros, hoje, 16 de abril de 2016, estamos no segundo dia de discussão do processo de cassação da Presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade fiscal.

Eu venho a esta tribuna expressar minha posição como Deputado e também meu sentimento como cidadão. De coração, eu gostaria que a Presidente terminasse o seu mandato e que o comando do nosso Brasil fosse trocado apenas nas eleições de 2018. Mas, como todos já viram, não vai dar para esperar até lá.

Os motivos, Sr. Presidente, são inúmeros. O primeiro foi comprovado pela Comissão que esta Casa criou para analisar o processo de *impeachment*. Houve sim crime de responsabilidade fiscal, hoje denominado golpe. É golpe aqui, mas lá no Município, quando o Prefeito comete alguma irregularidade, não é golpe; lá no Estado, quando o Governador comete alguma irregularidade, não é golpe. Parece que a lei vale lá para baixo, para Municípios e Estados, mas não vale para o Governo Federal, para o rei. Na verdade, este sistema presidencialista é uma monarquia disfarçada. O rei pode tudo; os súditos, nada.

Comprovado esse fato, fora a quantidade de escândalos de membros desse Governo denunciados pela Operação Lava-Jato, a falta de credibilidade está impactando fortemente a economia brasileira, com perdas significativas de geração de emprego, de renda.

Por falar em emprego, eu me lembro do nosso sempre Presidente de honra, José Alencar. Ele dizia que nada resiste à força do trabalho. Mas, para se colocar



força no trabalho, tem que haver empregos. Se José Alencar estivesse aqui hoje, vivo, estaria muito triste, porque estão atribuindo o *impeachment*, primeiro, ao Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, segundo, ao Vice-Presidente, que serviu para compor uma chapa e ganhar a eleição — e atribuem o golpe a ele —, terceiro, à grande mídia. Ainda hoje vi Deputado eleito pela grande mídia cuspir no prato em que comeu. Chegou aqui pela grande mídia, mas hoje está atirando nela.

Eu vejo esse Governo, que foi apoiado pelos empresários do Brasil, responsáveis pela geração de empregos, hoje atacar esses mesmos empresários, dizendo que o golpe é culpa deles.

Então, Sr. Presidente, por esses e tantos outros motivos, não dá mais para esperar. Eu, que fui eleito pelo Rio Grande do Sul, quero dizer que o meu partido, o Partido Republicano Brasileiro, fechou questão para votar favoravelmente ao *impeachment*. Chega! Não dá mais para esperar. O Brasil não suporta mais.

Eu gostaria de chamar a atenção do povo brasileiro para a votação de amanhã, a partir das 14 horas. Vejam como seus Deputados votarão. Não permitam que venham vender a confiança do povo brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar pela Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira. (*Pausa.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para dizer que está havendo um grande ataque à democracia brasileira, um grande ataque à Constituição brasileira, um grande ataque à soberania popular.

O Brasil é um país que escolheu o regime presidencialista, o povo fez essa escolha através de plebiscito. O povo disse: "*Quem escolhe o Presidente da República somos nós*". Mas o povo está sendo ameaçado por esse trâmite do *impeachment*, que é inconstitucional. Por que ele é inconstitucional? Porque a Constituição brasileira, Deputado Cabo Daciolo, diz que, para se impedir um Presidente da República, tem que haver um atentado à Constituição. Qual foi o atentado promovido pela Presidente Dilma Rousseff? Nenhum!

O parecer que está sendo discutido aqui diz respeito às contas de 2015. O próprio Relator é um militante do *impeachment*, assim como o Presidente da Comissão, mas nenhum dos dois afirma, peremptoriamente, que houve sequer ilegalidade, quanto mais um atentado contra a Constituição.

Os decretos baixados pela Presidente Dilma Rousseff estão rigorosamente dentro da lei. No ano de 2015, foi feito um enorme contingenciamento, e, depois, foram baixados esses decretos, que não aumentaram as despesas. Com autorização legislativa, pela Lei Orçamentária Anual, em seu art. 4º, eles apenas remanejaram recursos, sem aumentar despesas.

Mas, no final do exercício de 2015, para que não mais houvesse dúvidas sobre os procedimentos, Deputado Waldenor Pereira, nós aprovamos, nesta Casa, o



PLN 5, que diminuiu a meta fiscal e a ajustou à arrecadação de 2015. Portanto, se ainda houvesse dúvidas sobre os procedimentos, com o PLN 5 e a regularização da meta fiscal, nós promovemos o que, no Direito Penal, se chama *abolitio criminis* — não há crime. Não fora cometido um crime, mas, para que não restasse dúvida, aprovamos o PLN 5.

Assim, nós estamos aqui, Deputado Afonso Motta, dizendo que a Presidente da República agiu dentro da lei, rigorosamente dentro da lei. Não houve qualquer ilegalidade, não houve crime de responsabilidade, não houve atentado à Constituição brasileira. Um atentado à democracia brasileira é o que está sendo promovido por aqueles que acalentam esse pedido de *impeachment*.

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PAULO TEIXEIRA - Certamente, o Presidente da Câmara, que se beneficia com esse pedido de *impeachment* — será alçado a Vice-Presidente da República, se ele for aprovado —, pode ter interesse em permitir que impeçam a fala do Deputado que está na tribuna, mas eu quero retomar o meu discurso — fui interrompido aos 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu dou 1 minuto de prorrogação a V.Exa. Pode continuar.

O SR. PAULO TEIXEIRA - O que discutimos hoje neste Congresso Nacional, Deputado Subtenente Gonzaga, é a acusação de prática, pela Presidente da República, de algo que não é ilegal. A acusação tenta promover a confusão, trazendo o tema da Operação Lava-Jato.



Ora, a Presidente da República, em 2011, demitiu todos os diretores da PETROBRAS e em seguida deu total liberdade aos investigadores da Lava-Jato, entre os quais se inclui a Polícia Federal, órgão subordinado ao Poder Executivo.

O Presidente desta Casa é réu na Lava-Jato. A Presidente da República não é ré na Lava-Jato. Depois de todas as ações judiciais, de todas as investigações, não há uma só indicação de malfeito por parte da Presidente da República na Lava-Jato.

Trata-se de denúncia caluniosa, feita dentro de um contexto de ofensa à Constituição Federal, de ofensa à democracia, de ofensa à soberania popular por parte daqueles que não tiveram votos nas urnas. Desde 2002 a Oposição não tem votos nas urnas e, portanto, quer chegar ao poder por meio de uma ruptura constitucional, de uma eleição indireta, por meio da deposição da Presidente da República, eleita com 54 milhões de votos.

Há 1 ano e meio, a Oposição paralisou o Brasil quando tentou recontar os votos, quando tentou impugnar o mandato da Presidente da República por pedido de *impeachment*. A Oposição trouxe aqui inúmeros argumentos relacionados aos problemas econômicos, mas foi ela a maior responsável por eles, já que, há 1 ano e meio, ajudou a paralisar a economia brasileira, gerando todos esses impactos. Quando finalmente ela se decidiu por fazer votações neste plenário, votou a chamada pauta-bomba, um conjunto de medidas que aumentavam as despesas orçamentárias. Salvo raras exceções, os Parlamentares da Oposição votaram a favor dessas medidas, de modo a inviabilizar o debate do Brasil e fazer populismo com a sociedade brasileira.



Por tudo isso é que me dirijo ao povo brasileiro. A democracia é como uma muralha de proteção de direitos. O Deputado Molon, que é professor de Direito Constitucional, sabe bem que a Constituição é a muralha que protege uma série de direitos. O que a Oposição quer fazer é derrubar essa muralha para alterar os direitos. Ela se compara a alguém que está à espreita para abrir o portão, invadir a casa e mexer nos bens alheios. É isso o que a Oposição está querendo fazer com essa tentativa de ruptura democrática, ofendendo a Constituição, ofendendo a democracia brasileira, ofendendo a soberania popular.

Os senhores fazem uma coalizão do mal que quer chegar ao poder sem votos. Amanhã, nós trataremos de derrotá-la neste plenário e também nas ruas do Brasil.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Afonso Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que a nossa saudação alcance também o Presidente da Comissão Especial, o Deputado Rogério Rosso, que deu uma contribuição fundamental para este processo! Estamos aqui a cumprir mais uma etapa deste processo: o debate.

Nesta longa madrugada, quando o PDT usou o seu espaço de 1 hora, tivemos a oportunidade de elencar nosso conjunto de razões pelas quais chegamos à conclusão pelo desacolhimento do relatório do Relator Jovair Arantes, fruto de um legado, de um posicionamento histórico — este é um momento histórico para a vida nacional —, a partir da eleição de Getúlio, em 1950, da eleição de João Goulart, quando, diferentemente da situação atual, houve uma disputa entre chapas lideradas por Jânio Quadros e por Teixeira Lott.

Nós trabalhistas tivemos, naquele momento, a consagradora eleição do nosso Vice-Presidente João Goulart.

Ambos, Getúlio e Jango, também passaram por este processo de desconstituição: um conjunto de forças, o próprio Parlamento, na tentativa de desconstituir a Presidência, o mandato dos nossos Presidentes.

Este legado é, portanto, é irrenunciável.

Podemos também dizer, nas nossas razões, que já não se constata no debate a mesma veemência com relação a toda esta questão da tipificação, da caracterização do crime de responsabilidade.



Sabe-se, no próprio debate nacional, que há posições, sim, antagônicas, mas posições de fundamento, de juristas e advogados. Mesmo nesta Casa, onde o debate se aprofunda, podem-se constatar, sim, não só argumentos que caracterizam essa imputação, mas também argumentos muito fortes que desmerecem a imputação.

A questão essencial, embora haja a imputação, é a compreensão, do ponto de vista lógico e geral, se esta imputação é insuficiente para desconstituir um Governo legitimamente eleito.

Deputado Pompeo de Mattos, meu companheiro do Rio Grande, companheiro de jornada; meu companheiro de bancada Subtenente Gonzaga; nós temos esta responsabilidade porque vivemos e participamos ativamente da vida nacional, em momentos decisivos como este. E resistimos.

É claro, pagamos o preço! Gerações sofreram com a perda da liberdade, sem poder expressar seu pensamento, sem poder participar da política e da vida nacional, o que é tão criticado. Mas, é claro, nossas razões nesta hora também passam muito pela compreensão do momento.

Ora, amanhã, vamos decidir este processo. É claro que se trata de um momento decisivo da maior importância. Mas temos o dia seguinte. Não será a partir de amanhã que vai haver essa desconstituição, caso haja o acolhimento do *impeachment*.

Se não houver o acolhimento, não será a partir de amanhã que os problemas de governabilidade serão resolvidos. Esta é uma imposição para este Parlamento, que precisa, sem dúvida nenhuma, ter a consciência de que vamos ter a



responsabilidade de construir um Governo de salvação, um Governo de transição que possa atender o mínimo: as expectativas do povo brasileiro.

Contem com o PDT neste momento decisivo!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Prorrogo a presente sessão por 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leonardo Quintão, que falará pela Liderança do PMDB. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Lopes, que falará pela Liderança do PCdoB.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento importante para a vida nacional porque amanhã vamos decidir nesta Casa o destino democrático do nosso País.

Tenho 30 anos de mandato. Venho do período do regime militar. Estive nos porões da ditadura, sou anistiado, mas há uma coisa que eu não consigo entender: como é que uma simples operação financeira ou contábil se transforma em cassação de mandato? Isso se chama forçação de barra.

Eu nunca vi pessoas indiciadas prenderem um delegado. Eu nunca vi pessoas que metem a mão no dinheiro que não é delas terem prestígio na praça e no mundo financeiro. Eu nunca vi as elites deste País terem a coragem de ir para o confronto com o povo. Usaram o regime militar e agora usam segmentos da imprensa deste País, do Judiciário, para promover uma cassação de uma maneira em que só quem sonha em chegar ao poder sem voto fica querido.

Usar a Bandeira Nacional não é privilégio de nenhum segmento da sociedade, porque ela é do brasileiro, e não de quem é de partido de oposição ou de situação.

Nós comunistas usamos a Bandeira na defesa intransigente do nosso País. Isso nós enfrentamos durante a Segunda Guerra Mundial. Eu não sei bem se



V.Exas. que estão com essa fita ao pescoço têm a coragem de dar a vida na defesa intransigente do nosso País. *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

O dia de amanhã será decisivo. Não nasci ontem: tenho 77 anos, 50 deles na militância comunista. A manifestação não me mete medo, de jeito nenhum!

V.Exas. podem jogar pôquer muito bem, mas estão blefando! As ruas, as praças, o povo está sabendo que este é um golpe barato de pessoas que não têm respeito pela democracia; não têm respeito pela doméstica, que agora é operária; não têm respeito pelo negro, que agora está na universidade; não tem respeito pela prostituta, que continua sendo massacrada por esse tipo de política.

Por que escolheram a sigla do PT? Antes, o golpe se deu por causa de nós comunistas. Eu me lembro bem de que os comunistas eram responsáveis pela péssima economia, como se a corrupção tivesse sido inventada agora. Mas a prisão de corruptos se deu agora. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Newton Cardoso Jr, pela Liderança do PMDB.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, quero me dirigir a todos os brasileiros, quero me dirigir a toda a população de Minas Gerais, em especial a todos os cidadãos que me confiaram este mandato de forma legítima, pelas urnas.

Esta semana, com muita convicção, decidi meu voto a favor do *impeachment*. Decidi, refratário a qualquer pressão oportunista que tivesse sofrido até aquele momento, refratário a qualquer demanda não republicana que pudesse surgir e tentar reverter esta situação, o que é o desejo da população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, eu ouvi o chamado das ruas, ouvi a população de Minas clamar por mudança e, principalmente, apelar, ansiosa, pela retomada do crescimento da Nação. A crise que toma conta do Brasil afeta de forma contundente Minas Gerais. Desde o começo de 2015, mais de 4 mil indústrias fecharam suas portas no Estado. Empregos foram ceifados, a arrecadação de tributos despencou, e o impacto da retração de 6,2% na nossa indústria não afastou o nefasto efeito de uma inflação de dois dígitos. Estamos todos pagando o preço. O crescimento só retorna com o fim da crise econômica, institucional e política.

O Estado de Minas Gerais está à beira do esfacelamento, e desde o início do seu segundo mandato a Presidente da República deu as costas à sua terra natal. Investimentos esperados não se realizaram, promessas vazias foram feitas e jamais honradas. Essa condição contribuiu sobremaneira para a minha decisão, mas também esvaziou os sonhos de milhões de mineiros.



Neste momento, creio que todos os Parlamentares provavelmente terão o voto mais difícil nesta Legislatura, decisão que não deve ser pautada pelo viés partidário, muito menos pelo eleitoreiro, menos ainda para atender interesses menores.

Tomo a minha decisão depois de uma profunda reflexão, tendo ouvido e discutido este delicado tema com toda a minha base. Ouço a voz do povo mineiro e quero refletir a vontade preponderante da população brasileira.

Chegou o momento de mudar, renovando a esperança no coração do povo brasileiro. Esta mudança tem nome e tem origem: confio na capacidade de Michel Temer e tenho profundo respeito pela sua história. Ele é o condutor da nova realidade por que ansiamos e está preparado para enfrentar todos os desafios que virão, com articulação política legítima e trabalho árduo.

Daqui não sairão vencidos nem vencedores. Daqui sairá o destino do nosso País. A rota de crescimento só poderá ser retomada com um ambiente saudável, um ambiente seguro, com garantias constitucionais. E é para isso que nós estamos nos preparando. Tenho certeza de que, com a vontade majoritária deste Plenário, que reflete a maioria da vontade população brasileira, iremos dizer “sim”, a favor do *impeachment*.

Por Minas Gerais, pelo Brasil, “sim” ao *impeachment*! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fechamos agora os números favoráveis ao *impeachment*: 367 a favor, 129 contra e 17 indecisos. (*Manifestação no plenário.*)



Nobres colegas, nós não estamos aqui num ringue, numa luta, numa batalha; estamos aqui em prol do povo brasileiro. O meu voto foi definido desde quando a Comissão foi criada: vou votar “sim” ao *impeachment*. Não estou acusando ou defendendo lado A ou lado B, estou manifestando a minha posição, que, repito, é a favor do *impeachment*.

O processo começou com a apresentação de uma denúncia levada ao Presidente Eduardo Cunha, que a acolheu, entre dezenas de outras que não foram admitidas. Coube a esta Casa decidir, na Comissão, se o processo era pertinente. E assim foi feito: o parecer foi aprovado majoritariamente, com 11 votos a mais do que os necessários.

Estava muito preocupado quando vários colegas de diversos partidos da Casa disseram que era um processo inconstitucional. Foi então levado ao Supremo Tribunal Federal, a Casa maior que julga a constitucionalidade ou não de uma matéria, e lá não disseram que era golpe, não disseram que era um processo ilegítimo, não disseram que esta Câmara não cumpriu o rito constitucional e regimental do Parlamento brasileiro.

Sras. e Srs. Deputados, o segundo motivo que me trouxe a esta tribuna para declarar o meu voto à Nação brasileira é que, infelizmente, o nosso País está andando para trás. No ano passado, em 2015, 1 milhão e meio de brasileiros perderam os seus empregos.

Este ano, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados precisa tomar uma posição para colocar o Brasil na rota do crescimento novamente. Infelizmente, a única maneira que está sendo dada aos Parlamentares é o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, que perdeu a condição de conduzir e liderar o nosso



País. Infelizmente, a Presidenta Dilma Rousseff não tem mais condições de trazer credibilidade para a nossa Nação, não tem mais condições de trazer investimentos para o Brasil. Para tanto, todos os setores produtivos do Brasil — agricultura, indústria, mineração, comércio, serviço — estão pedindo o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Basta andarmos nas ruas, conversarmos com as pessoas, desde a mais simples, desde o mais pobre aos grandes criadores de serviços no nosso Brasil, para verificar que elas não aguentam mais. Eu sei o que é gerar emprego. Também estou sofrendo em Minas Gerais. Lá, os trabalhadores não aguentam mais, estão morrendo de medo de perder seus empregos.

Não está em minhas mãos requerer agora novas eleições; não está em minhas mãos pedir a cassação; o que está nas mãos de cada um de V.Exas., nobres colegas, com todo o respeito, é votar neste momento o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Estou vendo, de ambos os lados, acusações. Não subo à tribuna para acusar o Partido dos Trabalhadores, para falar das suas teses, mas digo aqui claramente: não é golpe! Estamos aqui cumprindo o rito legal do Regimento desta Casa. O STF julgou que não é golpe.

Digo aqui também que estive com o Presidente Temer, eu e vários Parlamentares evangélicos — sou presbiteriano. Fomos ao Presidente pedir a ele que coloque Deus à frente dos trabalhos, que coloque Deus à frente para unir o nosso País. E só com Deus nós iremos unir este País. Agora precisamos de humildade. Fomos bem recebidos — todos são Parlamentares evangélicos, com



exceção de quatro Parlamentares que são do Partido dos Trabalhadores, e nós os respeitamos.

O Presidente Michel nos recebeu humildemente e sabiamente nos disse: *“Leonardo, irei colocar Deus à frente desta Nação. No meu discurso de posse irei colocar Deus, e nós entregaremos esta Nação nas mãos do Senhor Jesus, que é o nosso Deus”*.

Temos que parar com as brigas aqui, com as disputas humanas, pessoais, em que um acusa o outro. Precisamos, juntos, resolver este problema, porque o País está parado. Este ano, até o mês de abril, nós já perdemos. Já perdemos centenas, milhares de empregos.

Temos que lutar pela nossa Nação, porque este País, meus irmãos, é bom demais! O Estado de Minas Gerais é bom demais! Não merecemos o que está acontecendo. Vamos deixar de fazer aqui jogos, joguetes de acusação.

Vamos votar. E amanhã iremos votar “sim”, pelo *impeachment*! Iremos votar “sim”, pelo Brasil! Iremos votar “sim”, por Minas Gerais!

Irei votar “sim”, por minha família, que está lá me apoiando, por meus filhos, que estão clamando respeito na escola, por minha esposa, por meu pai, por meus irmãos e também pelas pessoas que trabalham para mim.

Deus nos abençoe! Paz! Deus nos abençoe!

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Líder Rubens Bueno. (*Pausa.*)

Para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL, com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas, trago primeiro uma preocupação. O jornal *Valor Econômico* publica uma matéria dizendo que, por um indicativo de reversão de votos no Plenário da Câmara dos Deputados, poderia estar sendo programado um adiamento de votação, caso o resultado não fosse aquele programado pelo Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, no acordão formatado.

Essa cena já vimos. Sempre que há uma votação no Plenário da Câmara dos Deputados que não atende aos interesses do Presidente, ele revoga votação, paralisa votação, adia votação, e não se tem uma discussão com um resultado. O que se tem de fato é um resultado prévio à discussão realizada.

Então, primeiro, fica o aviso para que possamos estar atentos e para que esse tipo de manobra regimental não seja mais uma vez utilizada, porque de regimental não tem nada. É antirregimental.

Além disso, o PSOL volta para dizer que denuncia, e vai continuar a denunciar, o acordão, o acordão que faz de Michel Temer Presidente da República e de Eduardo Cunha Vice-Presidente da República. Eles já apresentaram seu programa para o Brasil, *Uma Ponte para o Futuro*, que é o acelerador para o passado. Nós não podemos e não vamos aceitar qualquer tipo de manobra que tenha como objetivo fazer com que esse acordão prevaleça.



Deputados e Deputadas, não é solução para as mazelas brasileiras, não é solução nem é instrumento de combate à corrupção levar a cúpula do PMDB nacional para o comando de todos os Poderes da República.

Nós, do PSOL, somos oposição programática ao Governo Federal, mas não topamos e não aceitamos esse acordão, que quer fazer de Michel Temer Presidente da República e de Eduardo Cunha Vice-Presidente da República.

“Não” ao acordão!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para fazer a discussão do parecer da Comissão Especial, terão a palavra integrantes do partido Rede. Estão inscritos os Deputados João Derly, Aliel Machado e Alessandro Molon.

V.Exas. têm 60 minutos. O rodízio de Deputados, dentro do tempo, é por conta do partido.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham, as palavras que vou proferir aqui, assim como cada vírgula, cada ponto, foram pensadas juntamente com o meu partido, para que pudéssemos fazer uma discussão o mais coerente possível.

Venho hoje à tribuna desta Casa nesta sessão histórica que analisa, 24 anos após o *impeachment* do então Presidente Fernando Collor, a admissibilidade do processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade.

Esta é, portanto, a segunda vez, desde a nossa redemocratização, que um Presidente eleito pelo povo poderá ser deposto através deste procedimento constitucional delegado ao Congresso Nacional.

O momento que estamos aqui vivendo não pode ser comemorado por ninguém, por ser um momento muito difícil para toda a população brasileira. Quando um cidadão, ou uma cidadã, vai às urnas, deposita ali mais do que o nome de um candidato; deposita uma esperança de que o eleito vai representá-lo da melhor forma possível, de que vai atuar com o espírito voltado para o bem comum, de que vai fazer apenas o que é legítimo, direito e ético.

Sabemos que, pelos mais diversos motivos, muitos políticos brasileiros têm frustrado os cidadãos por não cumprirem o seu dever, ou por o cumprirem mal, ou, o



que é pior, por se aproveitarem de posições de poder para se beneficiarem ou priorizarem outros interesses que não os da coletividade. No momento seguinte ao de sua eleição, muitos políticos passam a dar prioridade aos projetos de poder do seu grupo ou do seu partido e esquecem que são apenas, ou deveriam ser, representantes dos interesses da sociedade.

Assim, um momento como o que vivemos aqui não pode ser comemorado porque há um grande perdedor oculto: o povo brasileiro, que assiste a um pugilato político enquanto vê o Governo deixar de governar, a economia encolher dramaticamente, o desemprego infelicitar milhões de famílias e o País andar de marcha a ré.

O resultado da votação de domingo, qualquer que seja, não colocará fim às graves crises por que passamos, mas precisamos ter a responsabilidade de encontrar caminhos para os problemas do presente e, especificamente, ter a coragem de mudar a cultura política e as práticas espúrias que são as principais responsáveis por esta situação.

O Brasil vive um grave acirramento de uma disputa pelo poder. E, no entanto, há bem pouco tempo, todos os envolvidos estavam juntos e, como aliados, gestaram o caos atual, pela corrupção, pela incompetência, pelas artimanhas políticas.

Eu e meu partido, a Rede Sustentabilidade, entendemos que a coalizão que governa o País, liderada pelo PT e pelo PMDB, não consegue dar conta de reverter as graves crises econômica, social e política. Ao contrário, ela é a sua principal fonte geradora, promovendo retrocessos ambientais nos direitos humanos, nos direitos trabalhistas e está pondo a perder os direitos sociais e a estabilidade econômica,



conquistados pela sociedade. Dessa maneira, a solução da crise não está no afastamento de apenas um dos lados.

Os partidos que hoje poderiam se favorecer com o *impeachment* da Presidente Dilma, o PMDB e parte da Oposição, estão profundamente implicados na corrupção que está sendo desvendada, com vários de seus líderes citados nas investigações. Um possível Governo Temer definitivamente não é a solução que a sociedade espera, pois ele e seu partido são corresponsáveis pela atual situação do País.

O PT e o PMDB são faces de uma mesma moeda. Ambos têm quadros importantes implicados nas investigações da Lava-Jato, em cargos de alto escalão nas empresas estatais e em postos expressivos da República, a começar pelos Presidentes das duas Casas Legislativas, o Deputado Eduardo Cunha e o Senador Renan Calheiros.

Não por acaso essa dupla se dividiu para que a ala fisiológica do partido, que não sabe existir sem estar atrelada ao poder, possa assegurar que, em qualquer hipótese, com ou sem impedimento da Presidente, estará dentro do Governo, Deputado Aliel Machado. Assim, o Deputado Cunha é o principal testa de ferro de Temer na Câmara dos Deputados, e Renan é o principal testa de ferro de Dilma dentro do Senado.

O processo de *impeachment* é instrumento legal e deve ser analisado com toda a responsabilidade que os eleitores esperam daqueles que elegeram. Os argumentos jurídicos pró e contra se expressam em debates de altíssimo nível feitos por renomados juristas, controvérsia que se refletiu também nos debates internos da Rede Sustentabilidade, por horas a fio.



Eu estou entre aqueles que entendem que existem elementos que justificam a admissibilidade do processo contra a Presidente Dilma, para que a necessária investigação dos atos de improbidade administrativa previstos na Constituição siga o seu curso no Senado, de acordo com o rito estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*)

No calor da disputa, ambos os lados muitas vezes se comportam como se, no domingo, fôssemos decidir o *impeachment* em si. É preciso lembrar que a Câmara faz agora não o julgamento do processo do *impeachment*, mas, sim, o da sua admissibilidade. A simples dúvida se houve ou não crime de responsabilidade — e bons juristas trazem todos os tipos de argumento — já seria suficiente para termos o cuidado de o encaminhar ao Senado, para que ouça as testemunhas, faça a devida instrução de provas e, por fim, faça o devido julgamento. No julgamento, sim, *in dubio pro reo*, mas, na admissibilidade, o Direito também é claro, *in dubio pro societate*. Ou seja, é preciso abrir o processo, para que haja julgamento e se esclareça a questão para a sociedade.

O relatório do Banco Central sobre as contas do Governo na Caixa Econômica, no Banco do Brasil e, principalmente, no BNDES traz elementos suficientes para que seja investigado se o Governo usou essas instituições financeiras oficiais para alavancar os gastos do Governo para além de sua capacidade orçamentária. Fez isso a partir de 2009, mas essa prática ganhou proporções alarmantes depois de 2013. Ela foi usada de forma completamente abusiva na campanha de 2014. E o que é mais importante para este processo de *impeachment*: continuou no ano de 2015. Isso me traz a convicção do meu voto amanhã.



É importante ressaltar, entretanto, que a Rede tem como princípio fundante primar pelo respeito à pluralidade das pessoas e das posições e opiniões que se expressam através de suas lideranças e filiados sobre os diversos temas, e, nesse caso, não age de modo diferente.

A decisão sobre o *impeachment* também é política. Por isso, firmo algumas conclusões sobre o que vem acontecendo no nosso País. O filósofo Montesquieu, pai da Teoria da Separação dos Três Poderes, afirmava que “*a deterioração de um governo quase sempre começa pela decadência de seus princípios*”.

Infelizmente, é isso que verificamos. Com a economia estabilizada, o ciclo político e social iniciado com a eleição de Lula, que ascendeu ao poder em 2002, amparado pelo apoio de milhões de brasileiros, trouxe ao povo a esperança de que a nossa história nunca mais seria a mesma.

É fato inegável e reconhecido pela população, sobretudo no primeiro Governo Lula, o sucesso das políticas sociais executadas no período dos Governos petistas. Avançamos muito em áreas como o combate à pobreza, a democratização do ensino superior e o fortalecimento das políticas públicas, com a manutenção das políticas econômicas.

Hoje, este Governo, composto pelo PT e pelo PMDB, coloca em risco essas mesmas conquistas, que não são patrimônio de nenhum Governo, não são propriedade de nenhum político. Essas conquistas são da sociedade brasileira e incorporam um tempo histórico muito maior do que o período do Governo; são fruto de uma sequência de criação de condições, de ideias, de conhecimento, de demandas sociais que não podem, de repente, virar patrimônio de uma pessoa ou de um partido.



Da mesma forma, não se pode defender um lado como dono da virtude e da vontade popular. Aquele mesmo Partido dos Trabalhadores, que, na redemocratização, levantara o estandarte da ética na política, vê parte importante de seus dirigentes mergulhar profundamente, ao lado de políticos que antes execrara, na lama do submundo da confusão entre o público e o privado, do dinheiro sujo na política.

Faço questão de não generalizar, porque sei que existem homens e mulheres que continuam honrando os mesmos princípios e ideais que um dia embalaram as esperanças e os sonhos de grande parte do povo brasileiro. Mas quantos não entoam a narrativa de que são os tutores das políticas sociais progressistas, acusando de golpistas os que defendem posições diferentes, tentando manter como reféns os campos ideológicos que lutam, Deputado Arnaldo Jordy, pelas conquistas dos direitos dos trabalhadores, das minorias, pela proteção ambiental e por um novo modelo de desenvolvimento?

Ao mesmo tempo, aliam-se com o que há de mais conservador e retrógrado na nossa sociedade. Essas alianças e essas posturas políticas nocivas ao nosso sistema político é que nos levaram a essa situação.

Nem o mais incrível e criativo roteirista poderia imaginar, Deputado Moroni Torgan, um cenário como este a que chegamos. Doze anos depois de um operário ser eleito Presidente da República e chegar ao poder dizendo que a esperança iria vencer o medo, encontramos nas ruas um povo aflito, cheio de incertezas sobre o futuro, induzido ao medo, um povo que vai perdendo o alento a cada dia que lê os noticiários e tem ciência dos graves acontecimentos.



Pelo olhar da sociedade, conforme mostra recente pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, os principais problemas a serem enfrentados são: corrupção, precariedade da saúde, da educação, desemprego e violência. Ou seja, já está claro para os brasileiros que a corrupção é o motor que mantém as suas carências intocadas, as políticas públicas travadas, os seus direitos minimizados.

A corrupção não traz apenas prejuízos bilionários aos cofres públicos e ao povo brasileiro. Ela também rouba a esperança das pessoas em um novo modelo de política feita com ética nas relações e respeito pela coisa pública. E, o que é pior, ela também golpeia de morte a nossa democracia, pois o uso espúrio do dinheiro roubado interfere na soberana vontade do povo brasileiro, direcionando seu voto à perpetuação no poder dos grupos que operam o esquema criminoso.

A democracia que tanto se louva, cujo nome tanto é invocado em vão, passa a ser mero detalhe, pois não se aceita a alternância no poder, que lhe é própria e natural. Partiu-se para um vale-tudo inominável para se perpetuar no poder.

A corrupção, infelizmente, sempre esteve presente nos órgãos públicos, mas, felizmente, estamos conseguindo investigar e punir os corruptos. A Operação Lava-Jato está revelando um esquema criminoso que, por anos, saqueou a maior empresa brasileira, a PETROBRAS.

Essa investigação, sim, sinaliza fortemente a chegada de um novo tempo, em que os contraventores, sejam eles poderosos agentes do poder público ou de empresas privadas, já não mais contarão com a quase certeza de impunidade. Por isso, essa investigação merece todo o nosso apoio e sustentação, para seguir como divisor de águas da história da política brasileira.



Além da Lava-Jato, precisamos apoiar o fortalecimento das instituições de prevenção, controle e combate à corrupção, para que esses ganhos se institucionalizem e passem a ser a regra e não a exceção.

Nunca antes as instituições reativas — Ministério Público, Polícia Federal, Poder Judiciário — foram tão eficientes em desmontar negócios criminosos tão poderosos, envolvendo empreiteiros, banqueiros, políticos, dirigentes partidários, executivos, entre outros, e os punindo com o rigor da lei.

Algumas das pessoas mais ricas do País estão presas por terem cometido crimes de corrupção e desvio de recursos públicos. A condição financeira não os torna impunes mais, como nos acostumamos a ver desde que o Brasil é o Brasil.

A corrupção precisa ser punida como crime de grande dano à sociedade, crime que causa repulsa à população e fere a credibilidade das instituições políticas, capital esse intangível para o fortalecimento da nossa jovem democracia.

Por isso, eu e o meu partido, a Rede Sustentabilidade, consideramos muito importantes mudanças na legislação, baseadas na grande campanha do Ministério Público Federal pelas dez medidas contra a corrupção, que são estas:

- criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos;
- prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação;
- responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa dois;
- aumento das penas e tipificação como crime hediondo no caso de corrupção relativa a altos valores;
- reforma do sistema de prescrição penal;
- celeridade nas ações de improbidade administrativa;
- eficiência dos recursos no processo penal;



- ajustes nas nulidades penais;
- prisão preventiva para assegurar devolução do dinheiro desviado;
- recuperação do lucro derivado do crime.

Somente a participação popular e cidadã na reformulação da legislação e das práticas políticas pode apontar um novo caminho para que o Brasil consolide a sua democracia. A consolidação de um grande avanço nessa área é fator fundamental para a eficiência das políticas públicas. A incompetência, a omissão, os desvios, o mau uso estão na base de muitas mazelas que atingem a população.

Na saúde, vivemos uma grave crise de recursos, e Estados e Municípios cada vez menos honram as suas obrigações com o atendimento às pessoas. Seria importante concretizar a universalização e a melhoria dos serviços de saúde, com ênfase na atenção básica; da qualidade de vida, com condições dignas de moradia, alimentação saudável em quantidade suficiente, prevenção de doenças, saneamento básico, redução da violência e promoção da cultura de paz como valores centrais das políticas governamentais.

Com relação à educação, parece que o Governo Dilma pretende liquidar com todos os avanços conquistados nos últimos anos, cortando investimentos de programas de grande importância, Deputado Aliel Machado — V.Exa. é um jovem — , como o FIES, o PRONATEC, que nós reverenciamos, o PROUNI e o Ciência sem Fronteiras, deixando as universidades federais sucateadas. Enquanto isso, amargamos ainda as piores posições em *ranking* internacionais de aprendizado e qualidade da educação.

Enquanto não priorizarmos a qualificação da educação em todos os níveis, investindo na estrutura das nossas escolas, em modernização, na valorização dos



professores e em ciência e tecnologia, não seremos um país desenvolvido em níveis razoáveis, muito menos a decantada *Pátria Educadora* — um *slogan* bonito, mas sem efetividade nas ações de governo. Para alcançar isso é preciso ter coragem, investir, de fato, 10% do PIB na educação do País e executar o Plano Nacional de Educação. Um país do futuro se faz investindo pesadamente na educação de crianças, adolescentes e jovens no presente.

No entanto, não há problema que aterrorize mais os brasileiros do que a violência. Lamentavelmente ostentamos números de guerra no que se refere a homicídios e mortes violentas. Um estudo da Organização Mundial da Saúde — OMS, publicado em dezembro de 2014, revela que, a cada 100 homicídios que ocorrem no mundo, 13 acontecem no Brasil. É um estarrecedor número para um país que não está em guerra civil. Em média, morrem, por meio da violência, mais de 50 mil pessoas por ano no Brasil.

E, pior, como jovem, tenho de trazer à luz um dado ainda mais pesado: mais de 80 jovens são assassinados todos os dias, em sua ampla maioria negros e de periferia. É urgente estancar essa carnificina de uma geração que morre em conflitos urbanos e afastar de todos os cidadãos o medo que habita o cotidiano das famílias brasileiras.

Todas essas mudanças necessárias só poderão ser enfrentadas se mudarmos a postura política dos governantes e o jeito de fazer política. Enquanto o poder político representativo estiver de costas para a Nação e focado prioritariamente em seus próprios interesses, num autofágico vale-tudo pelo poder como fim em si mesmo, a sociedade ficará descrente das instituições democráticas.



Ainda bem que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2015, o famigerado financiamento eleitoral de campanhas terminou, pois, como um câncer, estava levando a jovem democracia brasileira a um estado terminal de corrupção crescente, com que o Governo não atende a interesses da população, mas de empresas.

Um exemplo de esgotamento de nosso defasado sistema político está na chamada governabilidade de coalizão. Em nome de alianças nas eleições seguintes, faz-se tudo. Entregam-se Ministérios para pessoas sem qualificação, permite-se que grupos façam caixa com dinheiro público com fins eleitorais, transformam-se as políticas públicas num jogo de faz de conta imediatista e sem consistência, apenas para inflar estatísticas e fazer inaugurações vazias. É o mais rasteiro “toma lá, dá cá”, barganha, compra de apoio político, o que envergonha a sociedade e explica a falta de credibilidade dos políticos perante a população.

É urgente que, ao mesmo tempo em que apertamos os parafusos do combate à corrupção, debatendo e apoiando o projeto do Ministério Público, também se faça, junto com a sociedade, uma verdadeira reforma do sistema político, que permita a emergência de outro modelo de governabilidade, que não se baseie na troca de vantagens fisiológicas para a manutenção de feudos de poder. As regras são muito importantes para nortear as ações, mas tudo passa pela postura dos agentes políticos.

Este é um bom momento para refletir sobre essas questões de fundo, quando estamos às voltas com uma decisão da gravidade de um *impeachment*, que não é fácil para o País e precisa ser pedagógica para os nossos agentes políticos.



É muito importante destacar ainda que esse Governo foi eleito em uma eleição sob suspeição. Tramita no TSE o processo de cassação da chapa Dilma-Temer, pois há fortes indícios, inclusive revelados na Lava-Jato, de que a campanha se beneficiou de dinheiro oriundo de propinas do petrolão. A eleição está sob suspeição e é necessário que o Tribunal Superior Eleitoral tenha o sentido de urgência que o momento exige, para julgar com celeridade os processos que estão em apreciação.

Comprovado que a soberania popular foi influenciada ilicitamente no último pleito, deve-se restabelecer aos cidadãos e cidadãs o poder de decidir sobre os rumos do País, através de novas eleições presidenciais diretas, ainda este ano. Além disso, o Vice-Presidente Michel Temer tenta desvincular-se desse processo, o que é inaceitável, já que a chapa foi eleita em conjunto. Comprovado o recebimento de recursos irregulares, o Governo perde a legitimidade das urnas, pois fraudou o processo eleitoral.

Saliento, portanto, que o processo de cassação da Presidente Dilma, caso aprovado pelo Senado, cumpre com a formalidade de afastá-la do Governo, mas não irá alcançar a finalidade de afastar do Governo o conjunto daqueles que se apropriaram da máquina pública em benefício próprio, de seus interesses pessoais e políticos.

O sistema de corrupção montado para isto não é novo, mas, para nós da Rede Sustentabilidade, a corrupção é inaceitável, não importando quem a pratique. Por isso, a Operação Lava-Jato precisa receber todo o apoio da sociedade para ser levada adiante, qualquer que seja o resultado desse processo. É para seu arrefecimento que a maioria da Oposição e do Governo converge com a mesma



intensidade e proporção. Ninguém, seja qual for o partido, está acima da lei e da Constituição. Se cometeu crime, deverá ser punido.

O Vice-Presidente Michel Temer não é a solução, ele e seu partido são igualmente responsáveis pela crise econômica, política e moral pela qual o País passa. Ele também assinou pedaladas e deve ser responsabilizado por ter cometido crime de responsabilidade quando estava no exercício da Presidência da República. É intolerável e antidemocrático que o Presidente da Câmara, o Deputado Eduardo Cunha, aliado de Temer e altamente implicado em denúncias de corrupção, impeça que prospere contra ele um processo de *impeachment*.

Não menos importante é a urgente saída do Deputado Eduardo Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados. Consideramos inaceitável que ele impeça o andamento de um possível processo contra o Vice-Presidente da República, assim como o faz interferindo no Conselho de Ética, atuando em causa própria.

Sua presença, ilegítima por seus próprios atos, macula e envergonha a atuação do Parlamento, em prejuízo da população brasileira e da credibilidade das instituições nacionais. Usa de forma antirrepublicana o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados para se safar da cassação de seu mandato por ter mentido, dizendo-se inocente, mesmo tendo sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República, sendo formalmente réu no Supremo Tribunal Federal e vendo se acumularem, a cada dia, evidências de seus graves crimes em delações na Operação Lava-Jato.

Nós da Rede Sustentabilidade vamos também continuar jogando luz no processo do TSE. Por isso, nem Dilma, nem Temer, a única saída é uma nova eleição.



No que diz respeito à admissibilidade do processo de impedimento da Presidente no Congresso Nacional, não me restam dúvidas sobre sua licitude. Vejamos o que se segue.

Primeiro, é um instituto legal. Está previsto na Constituição. Pode ser executado quando houver crime de responsabilidade, como rege o art. 85 da nossa Constituição Federal.

Segundo, o STF tutelou o procedimento. O rito do processo de *impeachment* foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal para garantir que a Constituição não seja violada. Então é um processo que corre dentro da lei, e o Poder Judiciário está pronto para garantir o cumprimento da Constituição Federal e assegurar todos os direitos fundamentais.

Terceiro, é um processo jurídico-político. O processo de impedimento do Presidente da República combina elementos jurídicos, pois o Presidente pode ter cometido crime de responsabilidade no exercício do seu mandato, e elementos políticos, visto que é processado pela Câmara dos Deputados, que avalia a admissibilidade, e julgada pelo Senado Federal, que avalia o mérito. A palavra final é do Senado, no entanto, por se tratar de algo grave, justamente, o quórum para sua aprovação é altíssimo: dois terços.

Quarto, existe o elemento jurídico. Os elementos jurídicos para a admissibilidade do processo de *impeachment* estão mais do que colocados.

Eu declaro, por esses motivos, que votarei “sim” à admissibilidade do *impeachment*. (Palmas.)



Minha decisão é baseada, também, na ampla escuta que fiz junto a pessoas do Rio Grande do Sul que, com atenção e preocupação, observam este importante momento da nossa democracia visando o melhor para o nosso Brasil.

Para finalizar, cito uma palavra de que eu gosto muito e em que acredito, Romanos, capítulo 5, versículos 3 e 4:

“E não somente isto, mas também nos gloriamos nas tribulações; sabendo que a tribulação produz a perseverança, e a perseverança a experiência, e a experiência a esperança.”

Por mais difícil que seja o momento que estamos vivendo, tenho fé em Deus e na capacidade do povo brasileiro de superar todas as dificuldades. Caminhando juntos construiremos, dia após dia, uma Nação mais justa e desenvolvida.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Jovair Arantes, Sras. e Srs. Deputados, eu me sinto muito tranquilo depois de ter tomado a minha decisão e de ter declarado o meu voto contrário a essa peça específica que busca encontrar um crime de responsabilidade onde não existe. *(Palmas.)*

Eu respeito o posicionamento do meu partido, que teve opiniões diversas e exerceu o direito de fazer democracia. Respeito o Sr. Relator. Respeito todos os Srs. Deputados e todas as Sras. Deputadas. E peço àqueles em que sirva a carapuça que abaixem a cabeça, a partir do que vou falar, e coloquem a mão na consciência.

Eu sou do Estado do Paraná, da cidade de Ponta Grossa. Nasci na periferia da minha cidade, onde moro até hoje. Infelizmente, na minha família, ninguém



conseguiu chegar a ter um diploma de curso superior. Isso não é motivo de vergonha, mas de orgulho, porque cheguei aqui de cara limpa, cheguei aqui de mãos limpas. Não devo nada a ninguém; falo o que acho que deve ser falado e faço o que acho que deve ser feito.

Perguntaram-me, depois do meu posicionamento, se eu tinha ficado muito preocupado com as pressões que estava havendo; alertaram-me sobre os Deputados do *impeachment* de 1992, quando eu tinha 3 anos de idade, que não voltaram, não se reelegeram. Eu disse: *“Não estou preocupado, o tempo é o senhor da razão”*.

O que acontece hoje neste processo que se discute nesta Casa é o aproveitamento político da situação difícil por que passa o nosso País.

Vamos aos fatos. No meu primeiro discurso nesta Casa denunciei que o sistema político brasileiro está falido, que o sistema político brasileiro é corrupto, que o sistema político brasileiro toma a vida dos cidadãos brasileiros.

Sempre que há uma crise, um momento de dificuldade joga-se um boi de piranha para saciar a vontade popular e não se tem coragem de fazer o verdadeiro enfrentamento para nos livrarmos disso.

Este ano de 2016 deixa isso muito claro. O que está em jogo aqui não é simplesmente tirar ou colocar Presidente da República. O que está em jogo, neste momento, é a divisão de dois projetos muito diferentes para o País.

Um deles não foi verdadeiro com a população, de fato, pois escondeu verdades durante a campanha eleitoral; aproveitou-se das dificuldades e de todos os benefícios criados nos últimos anos para convencer a população de que deveria continuar; e não contou a verdade sobre a situação das finanças públicas.



O outro projeto mantém os acordos que se fazem nos corredores desta Casa. O outro projeto sequer passou pelo crivo das urnas populares e, através de acordo com pequenos empresários, infla a população brasileira, tentando encontrar uma saída que não é a verdadeira. Esse projeto, essa discussão é que está em jogo aqui hoje.

Na linha de sucessão sequer há condições morais de se pedir voto e de se administrar um país como o nosso. (*Palmas.*) O Deputado Eduardo Cunha, que, pela linha de sucessão, vai ser o Vice-Presidente da República, responde a sete processos no Supremo Tribunal Federal por recebimento de propina.

Ontem — pasmem os senhores que me ouvem em suas casas! — recebia propina, segundo um delator, por crediário: 52 milhões de reais apenas nessa delação. (*Palmas.*)

É para essa pessoa que nós vamos entregar o comando do nosso País?

O Sr. Michel Temer, que antes se dizia contra o *impeachment* e que agora diz que está apenas esperando e que não atrapalha, tem no Palácio do Jaburu uma fila de políticos fazendo negociações diárias, colocando em jogo o futuro do nosso País.

E eles vêm aqui fazer discurso moralista. Quem tem coragem não vota a favor. Tem que ter coragem hoje, no momento de dificuldade, de votar contra. Quem tem coragem é quem vem aqui de cara limpa; quem não tem um processo na Justiça, como eu não tenho; quem nunca teve uma contestação jurídica ou moral para vir aqui e dizer o que precisa ser dito.

Eu acredito que, no momento de crise financeira e de crise política, exista necessidade de convocar o povo para tomar sua decisão. Uma nova eleição



presidencial neste momento é a única forma de trazer legitimidade para este processo.

O Tribunal Superior Eleitoral, que não tem cor ou não deve ter cor partidária, que não negocia cargos, que está lá para cumprir especificamente o que está na Constituição Federal, tem obrigação moral e constitucional de fazer o julgamento e dizer: “*Houve irregularidade na chapa*” — leia-se na chapa Dilma e Michel Temer — e, no caso de encontrar irregularidades, entregar à Nação brasileira o direito de fazer uma nova escolha.

Aqueles que dizem que neste momento se está tirando o Governo se enganam; e os que dizem que se está dando direito à população, que pede o *impeachment*, mentem. O que a população pede é responsabilidade. O que a população quer não é Temer, muito menos o Deputado Eduardo Cunha. (*Palmas.*)

O Deputado Eduardo Cunha é quem comanda esse processo e foi quem aprofundou, durante um ano e meio, a maior crise brasileira. Eu vou explicar por quê. O regime presidencialista exige que haja harmonia entre as Casas. O Governo não consegue fazer nada sozinho, e o Congresso também não. O problema é que o Deputado Eduardo Cunha se escondeu atrás do cargo, deixou o País de lado e afundou o Governo para se defender. (*Palmas.*) O problema é que ele usou esta instituição para fazer negociata.

Eu não vi ninguém falar do projeto de combate à corrupção que a Presidente Dilma mandou a esta Casa no passado. Onde está? Está na gaveta! Ele está na gaveta! (*Palmas.*) Quem quer combater a corrupção tem que vir aqui exigir que esse projeto seja votado! Quem tem compromisso com o combate à corrupção tinha que ter votado contra o financiamento empresarial de campanha. Não votou, está com



medo! Faz aliança neste momento para, quando assumir, se possível, um novo governo — que não vai existir —, colocar em votação as questões mais retrógradas e atrasadas do País, porque as negociações já começaram.

Seria muito fácil eu, por conveniência, vir aqui e votar a favor do *impeachment*, fazer o discurso fácil, dizer que a economia está em frangalhos, fazer o discurso que o povo quer ouvir, esse povo que, infelizmente, está sofrendo com o desemprego e com a inflação. Mas isso não vai resolver o problema.

Pensem, senhores que me assistem: se esse Governo, eleito pelas urnas, com todos os seus erros, não consegue tocar o País, imaginem um governo que não teve um voto! (*Palmas.*)

Eu repito com toda clareza e certeza: como entregar o governo para um grupo da Paulista que está financiando o *impeachment*, que gasta milhões de reais para atacar quem pensa diferentemente deles? São essas pessoas que aqui dentro fazem negociatas nos corredores e pressões sobre os Deputados. Elas não merecem respeito e não podem governar uma Nação como a nossa, pois haverá resistência do povo trabalhador, que não concorda com a mudança no tapetão.

Se não fosse isso, não haveria o posicionamento de milhares de juristas, artistas, intelectuais, professores contra esse movimento de quem quer assumir o governo apenas porque combate a política econômica equivocada da Presidente Dilma. São pessoas que estão contrárias a esse pedido de *impeachment* porque entendem que o que está em jogo não é simplesmente o processo de tirar ou colocar um Presidente.



Nós já temos data marcada. Caso o Tribunal Superior Eleitoral não encontre indícios contra a Presidente, preparem para 2018 um projeto capaz de ganhar a eleição e venham disputá-la. (*Palmas.*)

Eu tenho uma candidata a Presidente da República que se chama Marina Silva. Eu não estou comprometido com o Governo. Não pedi cargo para ninguém; não aceitei conversar com Michel Temer; não aceitei conversar com o outro lado, porque não quero ter rabo preso e ficar impedido de denunciar o que acho que está errado. Não quero e não aceito! Porém, exijo respeito àquelas pessoas que querem fazer um debate, mas não um debate simplista.

Existem hoje pessoas que alegam que tudo está ruim por causa do Governo. Nós também somos Governo. Somos todos governantes, com nossos votos, e muitas vezes faltamos com a população.

Eles vêm à tribuna fazer discurso moralista, mas votaram pelo aumento do salário dos Deputados; vêm fazer discurso moralista, mas aumentaram a verba do fundo partidário; vêm fazer discurso moralista, mas 60% deles estão respondendo a processo — 60% por cento dos membros desta Casa estão amarrados à Justiça.

Esta Casa foi eleita por um sistema que explodiu, um sistema corrupto. As investigações agora estão chegando a V.Exas. Quando saiu a lista da Odebrecht, parecia filhinha de vestibular de Deputados olhando a lista para ver se seus nomes não estavam lá. Isso é vergonhoso!

Esta Casa tem uma desaprovação tão grande porque a política brasileira está em crise. O povo brasileiro não aceita mais a prática do discurso fácil; quer ação de verdade; quer que os Deputados tenham coragem de subir aqui; e que não tenham rabo preso.



Eu vi dirigentes de partidos dizerem: *“Se votar contra o impeachment, eu vou abrir processo contra você no Conselho de Ética, porque seu nome está na lista.”* Vi partidos ameaçando Deputados para irem contra a Nação brasileira.

Eu não faço discurso fácil. Eu faço o discurso que é correto, o que a minha alma exige que eu faça, com responsabilidade, para, daqui a 5, 10 anos, poder olhar para o meu filho, para a minha família, e dizer: *“Eu não deixei a minha digital para tirar uma Presidente.”* Digo isso mesmo com todos os erros do Governo do PT, com todas as prisões que está havendo. *(Palmas.)*

Eu vejo gente dizer que é triste ver essas prisões. Não! Triste é o que aconteceu. É bom que haja prisões, porque quem cometeu crime tem que ir para a cadeia, seja de que partido for. Nunca houve prisões e agora corruptos e corruptores estão sendo presos. É isso o que importa.

Eu recebi ontem no meu gabinete uma mensagem assinada por mais de 130 promotores de Justiça do Brasil inteiro, dizendo: *“Não somos a favor desse Governo, porém o processo não é legítimo. Não existe crime de responsabilidade.”*

É isto que está em jogo hoje: um processo jurídico sem crime e ao lado um processo político de quem está vendo, no sofrimento do povo brasileiro, a oportunidade de tomar o poder.

Nós não vamos aceitar que isso aconteça. Eu vou combater com todas as minhas forças tudo isso. Não estou a favor desse Governo, da Presidente Dilma, que faltou com a verdade nas eleições, mas não serei a favor do outro lado, que recebeu do mesmo dinheiro, que está nas listas, como o PSDB. Os seus nomes estão na lama. Portanto, não podem vir aqui fazer o discurso de paladinos da justiça.



Eu me assustei, Sras. e Srs. Deputados, quando vi o PSDB fazendo discurso favorável ao *impeachment* em razão da prática de crime de responsabilidade.

Ao lado da foto, o Sr. Beto Richa, que não cumpriu a meta de superávit e a votou no ano posterior, quer dizer que há crime de responsabilidade. Isso é vergonhoso! Esses são os paladinos da justiça, que não têm moral. São pessoas que já governaram.

Em relação a todas as reclamações que nós temos da economia, façam um comparativo, peguem os dados e comparem. Mas não é só isso que está em jogo. O perigo são as discussões que envolvem o projeto Uma Ponte para o Futuro. Esse plano é para o futuro de um pequeno grupo de 2% a 3% da população brasileira, um plano de atraso para o trabalhador, para aquelas pessoas que estão com medo de que seus direitos sociais e suas conquistas sejam derrotados por um acordo fajuto, que não respeita a opinião do povo brasileiro.

Continuarei defendendo, com legitimidade, a voz do povo e das urnas. E a voz do povo pede: Fora, Dilma! Fora, Temer! Fora, Cunha! Fora, Renan! E fora, todos os ladrões!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Informo que a Rede terá seu tempo garantido na próxima sessão.



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 087.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 087.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Encerro a sessão, antes convocando a 6ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sábado, dia 16 de abril, às 14h53min, com as seguintes

ORDENS DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 087.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 14 horas e 51 minutos.)